

PAISAGEM SOCIAL: A importância dos espaços livres para o cotidiano em conjuntos de habitação social

DONOSO, Verônica Garcia (1)

Universidade Federal de Santa Maria UFSM-CS; Professora Adjunta; Cachoeira do Sul-RS;

veronica.donoso@ufsm.br

RESUMO

Apresentam-se resultados de pesquisa de Doutorado que observou as práticas sociais em espaços livres de conjuntos habitacionais nas Regiões Metropolitanas de Santiago do Chile e São Paulo-SP, identificando as limitações destas em regiões que concentram vulnerabilidade social. Neste artigo destacam-se as análises sobre as limitações em cotidianos intramuros, resultado da construção de habitação social em modelo condominial, que reduz as práticas sociais para um grupo específico de usuários sendo, então, uma prática incompleta, conceituada como (des)prática. Apontam-se qualidades e fragilidades dos modelos habitacionais e orienta-se a superação da reprodução do *modus operandi* de construção de habitação social periférica, de larga escala e baseada no modelo condominial.

Palavras-chave: paisagem social; (des)prática; cotidiano; habitação.

SOCIAL LANDSCAPE: DAILY LIFE IN SOCIAL HOUSING BLOCKS

This work presents results of a PhD research that discusses social practices in open spaces of social housing projects in the Metropolitan Region of Santiago de Chile (MRS) and Metropolitan Region of São Paulo-SP (MRSP), identifying social practices limitations in areas of high vulnerability. In this publication are explored analysis about limitations in the intramural daily life, result of gated community used as model for social housing, that transform social practice in a non-complete practice, named here as un-practice. In this article qualities and fragilities of housing models are pointed out. The



analysis guides the overcoming of the modus operandi of social housing production, which concentrated large scale developments in fringe areas without city and based on condominium models.

Key-words: *social landscape; un-practice; daily life; housing.*

1. Introdução

Apresentam-se resultados de pesquisa de Doutorado desenvolvida no Laboratório QUAPÁ (FAUUSP) e no Instituto de la Vivienda (INVI UChile), ampliando as análises da Rede Nacional QUAPÁ para um olhar Latino-Americano, a partir de estudo entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Santiago do Chile. A tese se baseia no cotidiano em habitação social, estendendo análises da linha teórica da paisagem social, ainda pouco explorada.

Nesta publicação procura-se apresentar o raciocínio principal que permeou a tese, sobre as limitações das práticas sociais em conjuntos de habitação social, teorizados com o provocativo conceito de (des)prática, e também apresentar orientações para o projeto dos espaços livres em conjuntos de habitação social, de forma a estimular que mais discussões de paisagem social estejam presentes no pensamento da produção de habitação social.

2. Conceituação e teorização

A conceituação da (des)prática, embora tenha surgido da observação da paisagem social, não se limita a ela, pois diz respeito a limitações advindas tanto de um modelo condominial de uso do espaço urbano quanto de regras de convívio que orientam práticas, cujas normativas e modelos se reproduzem em diferentes classes sociais.

O neologismo (des)prática procura explicitar que, conscientemente ou inconscientemente, as práticas sociais ocorrem de forma limitada tanto por barreiras visíveis, como muros que limitam espaços de convívio, quanto invisíveis, como imposições sociais e culturais. Essas limitações

orientam o cotidiano das práticas em



S. 2016

espaços livres, e podem ser muito mais complexas em cenários de vulnerabilidade social, devido à imposição de modelos urbanos, normas de conduta e mesmo controle por líderes de um grupo social.

O embasamento teórico que culminou nessa teorização parte de contribuições da sociologia, psicologia e arquitetura.

Na sociologia, utilizou-se o trabalho das análises da conduta individual dependentes de um sistema de relações de Bourdieu (1989, 2001): o conceito de *habitus*, que trata da orientação de ações a partir da regulação de um ambiente socialmente estruturado e estruturante, que é tanto princípio como produto das práticas e ações dos agentes.

Também na sociologia, estão as importantes contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro (2014), interlocutora de Milton Santos, que nos deixou um enorme legado para a reflexão sobre os conflitos sociais e as práticas cotidianas.

Na psicologia, foram de grande contribuição os trabalhos de Besoain (2012), psicóloga chilena que reflete sobre a subjetividade nos processos de habitação social, e Dunker (2015), psicanalista brasileiro que aborda o aspecto psicanalítico da prática social condominial.

A contribuição da arquitetura é pela sua natureza profissional propositiva e analítica, e procura-se estimular que os profissionais da área percebam que alguns modelos de propostas de convívio têm grande impacto no cotidiano de um grupo social, podendo ser bastante negativos para as práticas sociais. De modo a trazer mais orientações aos profissionais que projetam e pensam o espaço, apresentam-se neste trabalho critérios de qualidade que podem auxiliar na produção de espaços livres mais adequados para as práticas sociais, e que possam se tornar lugares cotidianos da vida social.

3. Planejamento e superação através dos espaços livres

Deve-se ter um grande cuidado na prática do planejamento urbano e da paisagem, já que a base

de ação do planejamento é de

controle do



espaço percebido, regulamentado pelos técnicos do urbano. Essa regulamentação, seja em desenho ou em normativas, muitas vezes altera a produção social de um espaço e suas práticas sociais, e faz com que os sujeitos tenham que superar uma ordem dominante para se apropriar de um espaço. O resultado dessa prática é o espaço vivido (LEFEBVRE, 1974), que resulta da soma do espaço concebido tecnicamente mais o espaço percebido, da relação dos usuários no dia a dia. O espaço vivido é, então, o espaço apropriado pelos usuários, onde a prática social cotidiana ocorre pela superação de condições impostas.

Segundo Segovia (2005), podem-se identificar características comuns em conjuntos habitacionais sociais, e que podem ser observadas em vários países latino-americanos: localização periférica da construção, desconexão entre desenho urbano do conjunto criado e entorno urbano e densidade líquida superior ao restante da cidade.

Destaca-se a necessidade de se evitar a produção massiva de conjuntos habitacionais, que concentrem moradias em um único trecho urbano. Essa concentração, principalmente de habitações sociais, concentrará também vulnerabilidade urbana e social.

Agrava-se, ainda, o contexto urbano com modelos de moradia condominiais, cujas regras de convívio de um modo de habitar, orientado por normas de conduta, limita as práticas sociais, além de orientar a apropriação para áreas do interior do condomínio, diminuindo o convívio e a apropriação do espaço público, o que é válido para concentração de habitação de grupos sociais de rendas diversas.

Esse equívoco de modelo de habitação ocorre tanto no caso brasileiro como chileno. Em um modelo condominial, os espaços livres e cobertos de uso comum estão restritos aos moradores do condomínio, não havendo interação com outros grupos sociais. A prática social fica limitada aos muros do empreendimento, e se diminuem as interações entre grupos e as possibilidades de experimentar a civilidade. Além disso, se aumentam as relações de medo e receio em relação ao outro, que se coloca do outro lado do muro. Como comentado, essa (des)prática não se limita à conjuntos de habitação social.

Dunker (2016) destaca a



necessidade de se reestabelecer a relação com o outro, que permitirá com que haja possibilidade de superação dos medos e receios causados pelas relações intramuros, o que o autor chama de “experiências produtivas de indeterminação”, quando o indeterminado, o desconhecido, é a chave para a experiência social urbana.

No entanto, o indeterminado causa insegurança e estranhamento, e é dessa relação que surgem espaços protegidos e controlados, onde a sensação de segurança se dá pelo convívio entre iguais (grupos sociais com poder econômico e interesses similares) e onde o conflito com o indeterminado é administrado sob uma gestão. Assim, o condomínio pode ser habitacional, empresarial, comercial, de saúde, entre outros, que restringem as ações e práticas por regras, princípios e forma urbana, evitando a experiência social completa e indeterminada que caracteriza a vida urbana e as práticas sociais (DUNKER, 2016).

As limitações não se restringem à lógica condominial: também estão na localização urbana desses conjuntos habitacionais condominiais, fruto do contexto de produção orientado por lógicas de poder e de uma formação socioespacial individualista, o que gera, para as minorias sociais, um horizonte complexo de adversidades diárias em cenários urbanos de oportunidades limitadas.

O projeto da paisagem é de extrema importância para as práticas sociais, pois nos espaços livres de edificação se concentram as possibilidades de superação de alienações, onde ação e discurso se manifestam na esfera pública (ARENDRT, 2001). Nos espaços livres, independentemente de sua jurisdição e presença ou ausência de vegetação, há o potencial para o encontro com o outro (RIBEIRO, 2014).

Porém, apesar dessa grande importância da paisagem para a superação de dificuldades que enfrentam grupos sociais, ainda não há ênfase nos espaços livres dentro de políticas habitacionais sociais brasileiras. Já no caso chileno existem mais ações para o pensamento dos espaços livres em políticas específicas para a criação de bairros e com menos foco em programas habitacionais quantitativos.

O Chile tem criado, nos últimos anos,



políticas de mitigação dos efeitos nocivos da produção habitacional social em larga escala, em regiões periféricas e concentrando vulnerabilidade social, o que é conceituado como *modus operandi* de produção (DONOSO, 2017). Foram a partir dessas ações de mitigação que surgiram os programas políticos chilenos com foco no bairro e no sistema de espaços livres, mas que, em sua essência, mais amenizam os problemas desde a escala local do que implantam um raciocínio desde o planejamento da paisagem.

Com problemas sociais similares, tanto as gestões brasileiras quanto chilenas podem aprender umas com as outras, e se beneficiar de discussões sobre as práticas sociais em espaços livres para embasar as ações de criação de habitação social.

4. Orientações para espaços livres em conjuntos de habitação social

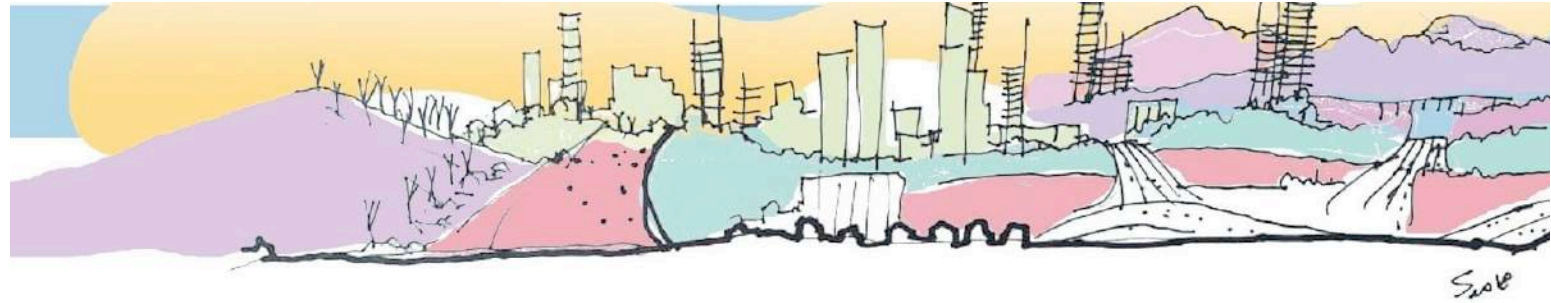
Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que não há uma relação direta entre a existência dos aspectos que serão descritos e a produção de espaços que superem os conflitos do dia a dia e a fragmentação invisível das práticas sociais (DONOSO, 2017). Porém, aproveita-se a discussão da complexidade das práticas sociais para orientar, de forma didática, aos técnicos que concebem e pensam espaços públicos a se atentarem a alguns aspectos de relevância para conjuntos de habitação social, e que podem também serem levados para o desenho de políticas públicas atentas ao cotidiano de bairros para habitação social.

A seguir, apresentam-se alguns itens e discussões importantes para o pensamento da paisagem social, que não encerram o assunto, mas que permitem e estimulam maiores reflexões e desencadeamentos.

- PARTICIPAÇÃO E CONSIDERAÇÃO DAS REDES DE RELAÇÕES HUMANAS:

A paisagem precisa ser projetada a partir do pensamento dos usuários do espaço, buscando-se observar qual será a melhor forma física concebida para abrigar e permitir a prática social completa. Para isso, é indispensável que haja participação do grupo social beneficiado pelo

projeto, para que o espaço seja concebido



de acordo com seus interesses e demandas. Caso não haja participação, há o risco de que o planejamento da paisagem se torne um mecanismo de controle social (RIBEIRO, 2014).

Tem sido usual e incorreto, em alguns programas habitacionais tanto brasileiros quanto chilenos, o cadastro de famílias em situação de vulnerabilidade social e a posterior aquisição da casa própria por ordem numérica de cadastro, sem consideração da rede social e, mesmo, sem consideração do local de origem das famílias. Para esses grupos sociais deslocados no espaço e sem vínculos com seu grupo, há uma inconsciente percepção de abandono e exclusão social (DONOSO, 2017, BESOAIN, 2012).

Em conjuntos habitacionais formados com moradores provenientes de diferentes contextos urbanos e sociais privilegia-se a luta individual de moradia em detrimento do grupo social (BESOAIN, 2012), o que não auxiliará na prática social do grupo social, já que haverá um desinteresse pelo espaço externo, e o foco será a unidade habitacional, símbolo da luta e conquista individual.

Já em conjuntos habitacionais com participação e manutenção das redes sociais há a construção de uma identidade coletiva e memória história de luta dos grupos e movimentos sociais, com maiores possibilidades de construção de um pertencimento territorial.

Assim, a participação e consideração das redes sociais, em habitação social, é indispensável para que a conquista seja coletiva e para que haja maior interesse dos moradores em se apropriarem dos espaços livres, com maiores possibilidades para a superação cotidiana das adversidades. Essa participação tem que ser de interesse do grupo social, e tem que ser antecedida por uma base comunitária forte.

- GESTÃO DOS ESPAÇOS LIVRES CONDOMINIAIS

Juntamente à participação cidadã e fortalecimento do grupo social há de se pensar a manutenção dos espaços criados. O modelo condominial tem também o agravante da gestão na sua imposição para habitação social: em geral, os grupos sociais que irão para esses conjuntos

não estão familiarizados com regras de



condomínio, como rateios de custos, normatização do uso dos espaços coletivos e, mesmo, regras de boa “vizinhança”, como cessar o ruído a partir de determinado horário.

Essa falta de familiaridade e identificação com o modelo significa que muitas famílias poderão preferir retornar à habitação irregular de onde vieram do que se adaptar às regras de convívio condominial, situação que foi provada por Besoain (2012) em Santiago do Chile. Quando as famílias não retornam à irregularidade, pode haver também pouca identificação com os espaços coletivos e conseqüentes depredações e apropriações individualizadas, restringindo ainda mais o já pouco convívio coletivo condominial.

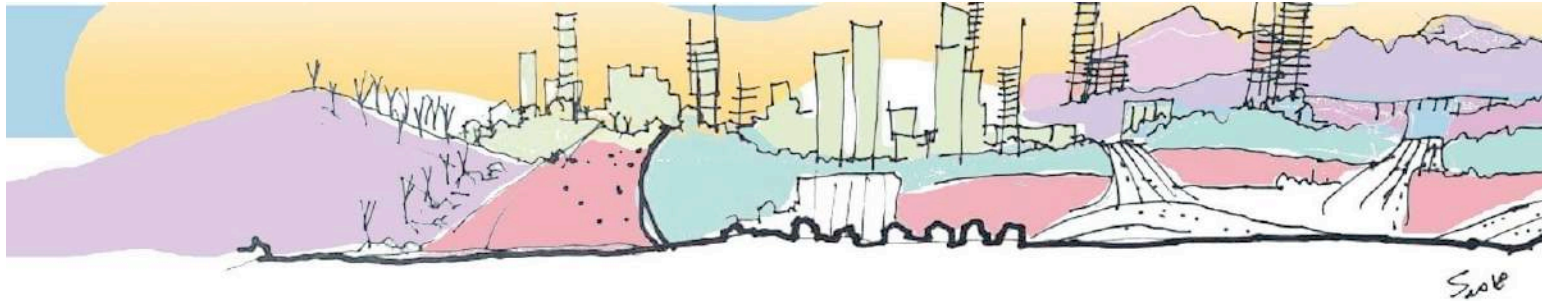
Há, então, duas questões de suma importância: a falta de identificação do grupo social com o modelo condominial e a dificuldade de impor a administração das áreas comuns para as famílias. É de interesse que haja maior iniciativa municipal para a criação de espaços livres públicos, externos aos muros e longe de regras condominiais, onde haverá maiores possibilidades de práticas sociais completas. Também é interessante repensar o modelo condominial replicado para habitações sociais, que pouco faz parte do cotidiano dos grupos sociais que habitarão esses espaços.

- INSERÇÃO URBANA

Em diversos contextos metropolitanos não é suficiente criticar uma localização periférica, pois já não há mais uma relação direta entre periferia e pobreza, nem mesmo entre periferia e má inserção urbana. A inserção de um conjunto habitacional social tem que ser vista pela sua possibilidade de conexão com principais eixos de deslocamento, distância em relação aos locais de maior concentração de empregos, facilidade de acesso ao transporte público, facilidade de acesso à equipamentos diversos, como de ensino, serviços, saúde e lazer, entre outros.

Uma inserção urbana positiva, então, subentende facilidade para o grupo social em se deslocar cotidianamente e ter oportunidades de vivência profissionais, culturais entre outras. Também faz parte da análise da inserção urbana a manutenção das redes sociais e vínculos urbanos já criados

pele grupo social em sua moradia



anterior.

- ADEQUAÇÃO MICROCLIMÁTICA

As recentes políticas habitacionais brasileiras, como o Programa Minha Casa Minha Vida, não têm considerado a grande variação térmica que há no país como um todo. Há de se considerar, portanto, que a qualidade de vida cotidiana dos moradores é também relacionada ao ambiente criado para o hábitat, e deve-se procurar diminuir desconfortos térmicos que ocorrem de forma distinta em diferentes regiões do país.

A vegetação e elementos arquitetônicos diversos podem ser utilizados para gerar um melhor microclima urbano, também gerando contrastes morfológicos entre diferentes escalas de elementos construídos e vegetais, e que podem ser mais explorados em projetos de habitação social.

- DIVERSIDADE MORFOLÓGICA E FLEXIBILIDADE FUNCIONAL

A mera produção de habitacional não é positiva nem aos moradores do conjunto nem à cidade. Deve-se pensar a habitação inserida em um contexto de bairro, pensando e propondo com diversidade morfológica e flexibilidade nos espaços livres, de forma a produzir um contexto urbano interessante para os usuários.

Esse pensamento deveria ser básico para a produção de habitações para diferentes perfis econômicos, mas, devido à imposição política de produção de habitação, tanto no Brasil quanto no Chile, existem poucas possibilidades nos programas para criação de comércio, e depende-se de vontade política para a produção de equipamentos públicos e serviços. Com isso, é comum observar um descompasso na construção de habitação e equipamentos em conjuntos habitacionais sociais.

Essa diversidade morfológica tem que existir também no contexto sociocultural e econômico, privilegiando espaços heterogêneos, que possibilitem o encontro com o outro e o

reconhecimento das diferenças sociais e



culturais. O isolamento de grupos de perfil socioeconômico similar interfere nas percepções cotidianas, na construção social e cidadã e no desenvolvimento socioafetivo.

Há de se prever e exigir a distribuição equitativa de diferentes elementos urbanos e também o pensamento em espaços livres flexíveis, que permitam usos variados em diferentes épocas, superando modismos e propiciando maiores possibilidades de apropriação.

- VISIBILIDADE

Infelizmente ainda se relaciona, popularmente, o fechamento visual com a ideia de segurança. Porém, o processo é justamente o contrário: a percepção de segurança está na visibilidade. Barreiras visuais e físicas devem ser diminuídas e evitadas sempre que possível. Muitas diferenciações entre espaços públicos e privados podem ser feitas, por exemplo, com o próprio desenho da paisagem, como com a utilização de vegetação e desníveis de terreno para orientar os usuários do espaço a entenderem os limites entre o público e o privado.

Caso haja a necessidade de fechamento físico, é mais interessante que estes sejam transparentes, permitindo a visibilidade dos espaços públicos e privados e gerando maior sentido de segurança e coletividade.

Os casos chilenos demonstram maior domínio sobre a visibilidade dos fechamentos, com uso de desenho da paisagem para acesso em bairros de maior renda em Santiago, e o uso de fechamentos translúcidos em muitos conjuntos habitacionais sociais, prática incentivada inclusive pelos manuais do *Ministerio de Vivienda y Urbanismo* - MINVU. Já no Brasil ainda há a tradição de se realizar fechamentos pouco translúcidos. Essa questão é, portanto, cultural, e há uma tendência em se seguir o padrão morfológico de rendas mais elevadas.

- DIMENSÃO

O dimensionamento e proporção dos espaços livres e privados tem relação direta com a qualidade do cotidiano do grupo social.

É fato que conjuntos



habitacionais sociais reúnem unidades habitacionais de dimensões em geral insuficientes para as famílias. Essa discrepância da unidade em relação ao cotidiano da família poderá culminar em algumas situações, tais como:

- O abandono da moradia e o retorno à habitação irregular, mais flexível às especificidades de cada família;
- A expansão irregular de unidades habitacionais, bastante comum em edifícios habitacionais chilenos, mesmo com risco de desmoronamentos devido a terremotos;
- A projeção de mais práticas sociais e apropriações para o cotidiano externo à moradia, entre outros.

É interessante lutar pela produção de habitações com dimensões mais condizentes ao grupo social ou que permitam flexibilidade de expansão para diferentes contextos familiares, como já foi realizado no Chile pelo arquiteto Alexandre Aravena. Mas, em caso de impossibilidade, seja por custos ou imposições de modelos e programas, pode-se propor possibilidades de cotidiano em espaços livres para mais práticas externas à unidade habitacional.

Maiores identificações dos grupos sociais em relação ao espaço em geral estão atreladas à conjuntos habitacionais menores. Nesse sentido, pensar em conjuntos habitacionais menores e menos homogêneos pode ser um bom caminho para um cotidiano urbano mais próximo aos interesses dos grupos sociais e com mais possibilidades de pertencimento e identidade.

5. Considerações finais

O espaço livre no desenho da paisagem traz a possibilidade de articular espaços de convívio com elementos construídos, estabelecendo limites, acessos, espaços para as práticas sociais, deslocamentos, entre outros. Infelizmente, o que se observa em conjuntos habitacionais sociais é a ausência de pensamento nos espaços livres, tratados muitas vezes como resquícos e pouco relevantes para as práticas dos grupos sociais.

A qualidade e projeto apropriado



S2018

dos espaços livres afetam diretamente a vida cotidiana de usuários de determinado espaço. Com a devida atenção às necessidades dos grupos sociais é possível avançar, através dos espaços livres, na criação de maiores identidades.

As categorias mencionadas nesse artigo são bases para o raciocínio urbano cidadão, e podem orientar a prática de técnicos e pensadores do espaço urbano. Porém, há de se salientar que não é através do campo arquitetônico que será possível superar a fragmentação das práticas sociais nem mesmo a subjetividade presente no processo de aquisição de uma habitação, principalmente em cenários de vulnerabilidade social e de (des)prática.

Mas, é fato que o complexo quadro do cotidiano de cenários de vulnerabilidade tem grande relação com o ambiente urbano criado. Cenários de violência urbana, hostilidade e medo não são somente fruto da desigualdade social, mas, principalmente, da administração dessa desigualdade (DUNKER, 2015).

Há urgência na criação de melhores cenários para grupos sociais de menores recursos, mas os resultados que temos demonstram uma dificuldade em criar habitat e incluir espacialmente o grupo social.

As possibilidades de melhorar esse contexto existem, mas dependem de muitos fatores, entre eles instrumentos e vontade política, além da conscientização de que a ação não deve vir em um sentido vertical, mas sim horizontal, privilegiando a participação através de ações que foquem no local, no cotidiano urbano, e não apenas em observações e análises gerais dos problemas sociais. A busca pela criação de bairros, o foco em iniciativas baseadas nas práticas sociais que utilizem o potencial dos espaços livres públicos para o encontro e apropriação urbana, a participação da população, a conquista coletiva do grupo social em detrimento da luta individual pelo acesso à moradia são iniciativas possíveis, que fazem parte do caminho que rumo maiores mudanças no cenário da moradia e da paisagem social.

6. Referências bibliográficas





ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BESOAIN, Carolina Arrau. *Vivienda social y subjetividades urbanas en Santiago: espacio privado, repliegue presentista y añoranza*. 2012. Tese (Doutorado), Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, Escuela de Psicología, Programa de Doctorado en Psicología, Santiago do Chile, sept. 2012.

BOURDIEU, Pierre. Social space and symbolic power. *Sociological theory*, v. 7, n. 1, p. 14-25, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/202060>>. Acesso em 21 ag. 2013.

BOURDIEU, Pierre; INDA, Andrés García; BENEITEZ, María José Bernuz. *Poder, derecho y clases sociales*. 2. ed., Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001. ISBN: 84-330-1495-1.

DONOSO, Verônica Garcia. *Paisagem e cotidiano em habitação social nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Santiago do Chile*. 2017. 321 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DUNKER, Christian (palestrante). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. Café Filosófico. TV Cultura, 51'14", programa exibido em 3 jul 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dn9gw12RBa0>>. Acesso em 31 ag. 2016.

_____. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'espace*. Paris: Éditions anthropos, 1974.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SEGOVIA, Olga. Habitar en conjuntos de vivienda social: ¿cómo construir identidad, confianza y participación social? In: RODRÍGUEZ A.; SUGRANYES A. (Eds.) *Los con techo*. Un desafío para la política de vivienda social. Santiago: Ediciones SUR, 2005. 265 p.



AValiação DOS Espaços Livres Intraurbanos DE Lazer E Recreação Públicos DA Cidade DE Santa Maria, RS: um olhar da comunidade santa- mariense

**PIPII, Luis Guilherme Aita Pippi (1); GABRIEL, Letícia de Castro (2) COCCO, Renata Michelin (3);
GABRIEL, Helena Reginato (4); BALESTRIN, Zamara Ritter (5); LAUTERT, Alice Rodrigues (6)**

(1) Universidade Federal de Santa Maria; Doutor; Santa Maria, RS; guiamy@hotmail.com

(2) Universidade Federal de Santa Maria; Mestre; Cachoeira do Sul, RS;
leticia.gabriel@ufsm.br

(3) Universidade Federal de Santa Maria; Mestranda; Santa Maria, RS;
renata.cocco@yahoo.com.br

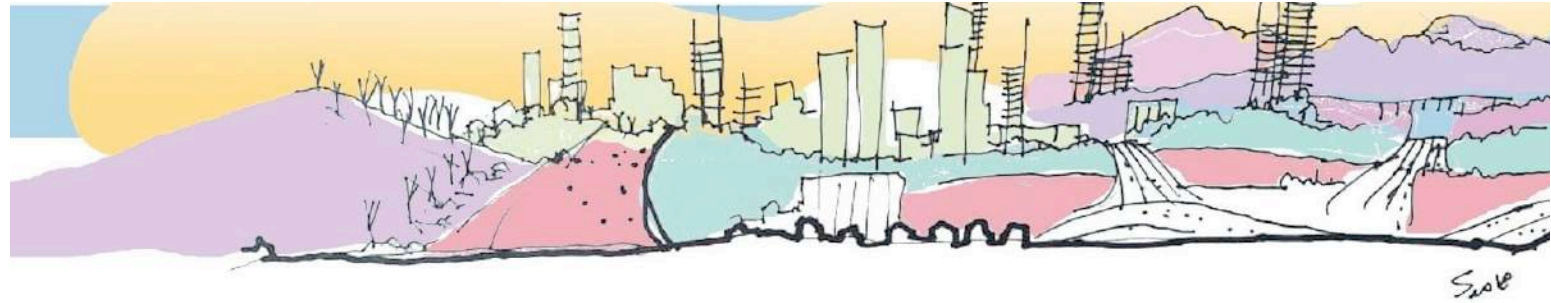
(4) Universidade Federal de Santa Maria; Mestranda; Santa Maria, RS;
helena.reginato@gmail.com

(5) Universidade Federal de Santa Maria; Mestranda; Santa Maria, RS;
zama_rb@hotmail.com

(6) Universidade Federal de Santa Maria; Mestranda; Santa Maria, RS;
alicelautert@gmail.com

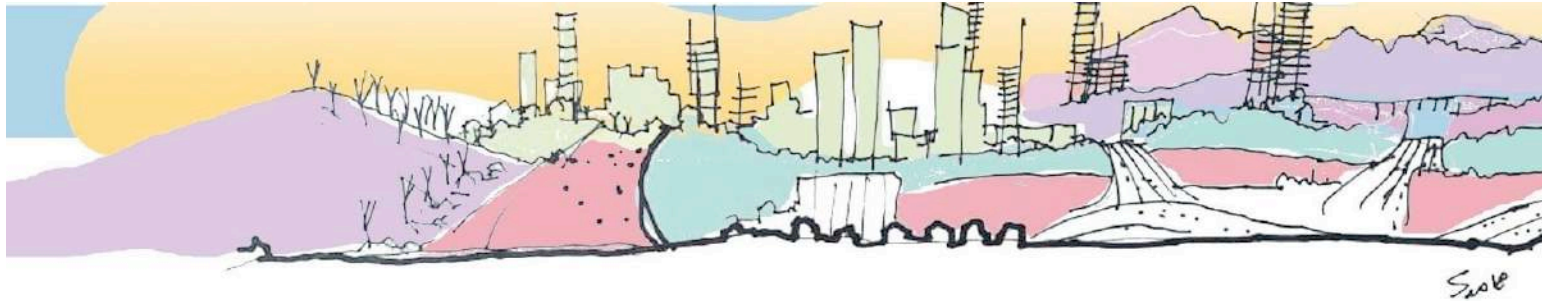
RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o recorte dos resultados obtidos pela aplicação da pesquisa *online* de interação com os usuários dos Espaços Livres Intraurbanos (ELIUs) públicos da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. A relevância da presente pesquisa de avaliação dos espaços livres públicos se justifica por abranger a opinião de parte da comunidade santa-mariense, visando investigar especificamente a utilização dos Espaços Livres Intraurbanos de Lazer e Recreação (ELIULRs) conforme os usuários e a realidade de diferentes



bairros da cidade, gerando resultados que contribuem com o estudo do Sistema de Espaços Livres (SEL) de Santa Maria, bem como com a gestão pública destes locais. Do total de 26 perguntas, o recorte apresenta-se na forma de 16 questões consideradas mais importantes transpostas em quadros-síntese, gráficos e nuvens conceituais, estabelecendo uma relação de comparação entre os aspectos qualitativos e quantitativos levantados na pesquisa. Entre os principais resultados obtidos, destacam-se a definição e a caracterização dos ELIULRs públicos mais emblemáticos e mais utilizados da cidade; quais seus principais atributos no quesito características positivas e/ou negativas; o porquê da utilização destes espaços e as variáveis que o fazem ser utilizado, como: período de utilização, arranjo dos atores sociais (indivíduos ou grupos), frequência de uso com relação a pessoas conhecidas e desconhecidas e tipo de interação entre estas pessoas.





S2018

Palavras-chave: Avaliação; comunidade; espaços livres intraurbanos de lazer e recreação públicos; usuários;

EVALUATION OF THE FREE INTRAURBAN SPACES OF PUBLIC LEISURE AND RECREATION OF

THE CITY OF SANTA MARIA, RS: a look from the Santa-Marian community
ABSTRACT

This paper aims to present the results obtained by the application of the online survey of interaction with the users of the Public Intraurban Spaces (ELIUs) of the city of Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil. The relevance of the present study for the evaluation of free public spaces is justified by the fact that it covers the opinion of the Santa Marian community, with a view to the perception and use of the Intra-urban Leisure and Recreation Spaces (ELIULRs) according to the users of different neighborhoods of the city, in results that contribute to the study of the System of Free Spaces (SEL) of Santa Maria, as well as to the public management of these sites. From the total of research questions, the clipping presents the issues considered most relevant, transposed in synthesis tables, charts and conceptual clouds, thus establishing a relation of comparison between the qualitative and quantitative aspects raised in the research. Among the main results obtained are the definition and characterization of the city's most emblematic and most used public ELIULRs, their main attributes in terms of positive and / or negative characteristics, and the reason for the use of these spaces in relation to the variables that the such as: period of use, arrangement of social actors (individuals or groups), frequency of use in relation to persons known and unknown and type of interaction between these people.

Key-words: evaluation; community; public spaces for leisure and recreation; users;

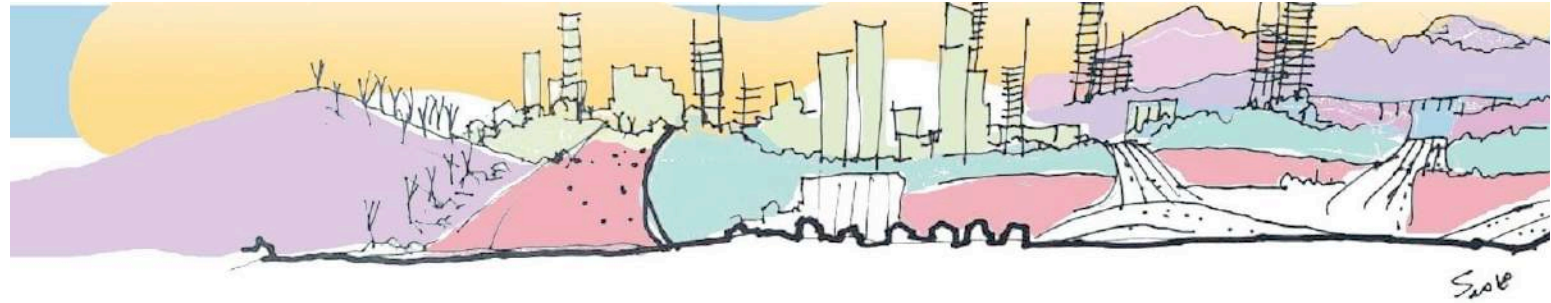
Introdução

Dentro das discussões sobre cidades médias, Brandão (2017) afirma que estas cidades



ao deterem centralidade e estarem localizadas em pontos estratégicos de determinado sistema de cidades, cumprem um papel decisivo neste contexto. Com este viés, a cidade de Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul, Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é caracterizada como de médio porte já que possui área territorial de 1.781,757 km² (IBGE, 2016) e população de 278.445 habitantes (IBGE, 2017), dos quais aproximadamente 248.334 são habitantes urbanos e 12.693 são





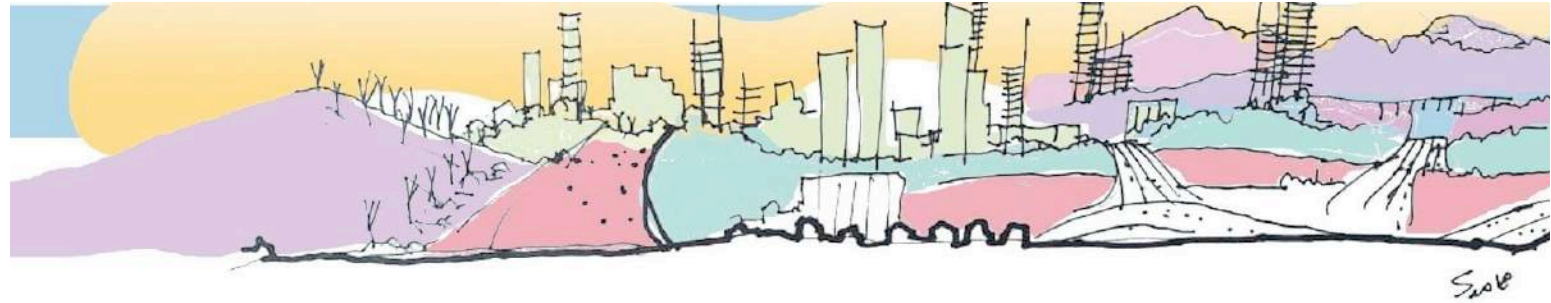
S. 2016

habitantes rurais, segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010). Além disso, em função do crescimento econômico amparado no setor de serviço público federal (referente à Universidade Federal de Santa Maria e ao Exército Brasileiro), a cidade tornou-se um polo regional nos serviços de saúde, defesa e educação, o que inevitavelmente concorreu para a atração populacional das últimas décadas. Assim como as demais cidades médias brasileiras, Santa Maria enfrenta conflitos emergentes decorrentes do crescimento urbano e populacional acelerado, especulação imobiliária e das pressões sociais, tendo como consequência a interferência desses fatores na utilização dos seus Espaços Livres Intraurbanos (ELIUs) públicos. Dos oitenta ELIUs públicos identificados em Santa Maria, a maior parte se caracteriza como de lazer e recreação com áreas reduzidas.

De acordo com Magnoli (2006, p. 182), “o espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência”. Na cidade, seus moradores encontram nos espaços livres de domínio público oportunidades de convivência, de manifesto de opinião, expressão artística e cultural, bem como encontro e trocas que alimentam o lado criativo do ser humano. O espaço livre público se constitui como um dos principais articuladores da vida pública de uma cidade, pois é ele um dos prováveis locais em que as pessoas mais diversas podem se encontrar (LERNER, 2013).

Desta forma, este trabalho consiste em apresentar a aplicação do método de pesquisa *online* de interação com os usuários do espaço público, de forma a caracterizar e compreender as preferências da comunidade da cidade de Santa Maria com relação aos seus Espaços Livres Intraurbanos de Lazer e Recreação (ELIULRs) públicos, com ênfase no que as pessoas usam e buscam nos ELIULRs e como elas veem estes espaços públicos da cidade – se de forma positiva e/ou negativa. Ainda, os resultados contidos neste artigo pretendem contribuir com a rede de pesquisa nacional QUAPÁ–SEL (Quadro do Paisagismo no Brasil), a qual visa aprofundar as discussões entre os seus diversos núcleos de pesquisa acerca dos Espaços Livres Intraurbanos das cidades





S. 2018

contemporâneas, tendo como enfoque, neste trabalho, as dinâmicas dos espaços livres públicos das cidades brasileiras de médio porte.





S2016

A relação entre comunidade e Espaços Livres Intraurbanos de Lazer e Recreação públicos

Os Espaços Livres Intraurbanos fazem parte do Sistema de Espaços Livres (SEL) das cidades e, conforme Magnoli (1982, p. 48), espaço livre abrange “todo espaço não ocupado por um volume edificado – espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que essas pessoas têm acesso”, sendo mais conhecidos os jardins, as ruas e passeios, os canteiros centrais, as praças e os parques (QUEIROGA, 2006). Na grande parte das cidades brasileiras, o SEL é resultante de um desenvolvimento urbano sem planejamento específico para o tratamento desses espaços, sendo que, em raras exceções, esse sistema não foi estabelecido devido a espaços residuais, não ocupados por razões comumente ligadas a impossibilidades físicas ou de propriedade fundiária (PIPPI et al., 2009). Os Espaços Intraurbanos se referem ao arranjo interno dos espaços urbanos, sua estrutura, processo e estruturação (VILLAÇA, 2001) e podem ser classificados em diferentes categorias, segundo Pippi et al. (2011): lazer e recreação, circulação, conservação e preservação, institucional, produção de serviços, não utilizados e com potencial de utilização. O lazer e a recreação tem especial importância quando se trata de Espaços Livres Intraurbanos, pois promovem a integração entre pessoas e destas com os elementos naturais da paisagem urbana (PIPPI et al., 2011).

Composta por elementos naturais e construídos, a paisagem das cidades se mostra em

equilíbrio quando consegue oferecer boas condições de habitabilidade aos cidadãos, porém, sabe-se que são poucas as paisagens que não possuem significativo impacto e intervenção do homem, mesmo que se apresentem preponderantemente elementos naturais da paisagem natural original (MAGNOLI, 2006). Dessa forma, é desejável que o planejador urbano busque organizar os espaços livres tirando partido dos elementos

naturais, a fim de que ofereçam



opções de lazer e recreação em meio à alta densidade dos elementos construídos da cidade e criem espaços livres públicos que proporcionem interação social e espaços atrativos para todas as faixas etárias. A partir desta ideia, estudos de William Whyte (1980), realizados em pequenos espaços públicos de Nova York na década de 1970 ajudam a entender a estrutura básica de praças, seus elementos, usuários e o porquê de algumas áreas públicas funcionarem, enquanto outras não, já que a vida social nestas áreas contribui fundamentalmente para a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo. Whyte acreditava que temos uma responsabilidade moral para criar espaços físicos que facilitam o engajamento cívico e a interação com a comunidade. Seus métodos de análise e pesquisa do comportamento humano podem ser subdivididos em observação direta ou indireta e revelam que o que mais atrai pessoas em um espaço público são outras pessoas (WHYTE, 2004).

Com este mesmo pensamento, Gehl (2011) também afirma que pessoas são atraídas por outras pessoas e Whyte (2004) destaca que, enquanto ELIULRs públicos, as praças mais usadas são consideradas lugares sociáveis, as quais contam com mais grupos reunidos, mais pessoas encontrando pessoas ou cumprimentando-se. Assim, sugere-se que para uma melhor qualidade de vida das cidades contemporâneas, deve-se ter um equilíbrio entre o aperfeiçoamento e o bom uso dos Espaços Livres Intraurbanos públicos por parte da comunidade local, seja ela na escala da rua, do bairro ou da cidade. Para Whyte (2004), a melhor forma de encarar esse tema é tornar o espaço atrativo para todas as outras pessoas, corroborando com Gehl (2011) na questão de lançar um convite tentador para que cada vez mais o espaço livre público seja utilizado democraticamente pelas pessoas.

Metodologia

A ferramenta de aplicação da metodologia consiste em um questionário aplicado através de uma plataforma *online* gratuita²⁵, com o objetivo central de analisar a interação dos usuários dos espaços livres públicos de Santa Maria, tendo como enfoque os

²⁵ Formulários Google
XIII COLÓQUIO QUAPA SEL





Espaços Livres Intraurbanos de Lazer e Recreação da cidade através da apresentação de um recorte da pesquisa.

O questionário é composto por 26 perguntas, dividido entre questões de múltipla escolha e questões de resposta aberta, cujas respostas foram tabuladas com quadros-síntese, análises gráficas e nuvens conceituais²⁶, completando um recorte de 16 questões, as quais foram consideradas mais relevantes para o estudo. Os tópicos, os quais elaborados para que os usuários pudessem responder mediante apresentação de escolhas pré-estabelecidas, têm por finalidade caracterizar variáveis sociais, tais como: tipo de usuário (gênero e idade), frequência de uso e tempo de permanência, padrões de uso/ tipos de atividade, tipo e níveis de interação social. Já os questionamentos abertos, indagam questões referentes aos aspectos positivos e/ou negativos, sensações, bem como identificar os ELIULRs mais emblemáticos e utilizados do ponto de vista dos respondentes. A pesquisa de interação *online* com usuários esteve disponível para participação durante o segundo semestre do ano de 2017, tendo um total de 263 respostas.

Resultados obtidos

A pesquisa abordou um total de 263 respondentes, correspondendo, respectivamente, 33,5% pessoas do gênero masculino e 66,5% do gênero feminino, entre 18 e 71 anos de idade, sendo que 93,5% dos participantes afirmaram serem moradores de Santa Maria. Em função da ferramenta de aplicação dos questionários ser uma plataforma *online*, foi possível obter respostas de moradores de diferentes regiões da cidade, embora tenha se percebido a predominância de participantes residentes da região central de Santa Maria.

²⁶ O termo nuvem conceitual, nesse contexto, refere-se a um conjunto de palavras-chave identificadas como preponderantes nas respostas obtidas através do questionário online e que são capazes de sintetizar as principais ideias das respostas.



A fim de identificar os ELIULRs mais emblemáticos e significativos do ponto de vista dos participantes da pesquisa, foi solicitado que estes elegessem 3 espaços públicos que considerassem importantes para a cidade de Santa Maria, seja pelo seu caráter histórico, posição geográfica, características físico-ambientais, formais ou funcionais. Dentre os mais citados, destacaram-se o Parque Itaimbé, mencionado 25 vezes, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), citada 24 vezes, e a Praça Saldanha Marinho, eleita por 22 participantes. Em seguida, o questionário indagou qual o ELIULR mais utilizado pelos participantes, sendo mais uma vez elegida a UFSM, mencionada por 37 respondentes, o Parque Itaimbé, mencionado 13 vezes, e por último o Calçadão Salvador Isaia, citado 11 vezes. A **Figura 01** apresenta esquematicamente a localização de tais espaços, assim como a representação em gráfico das respostas obtidas.

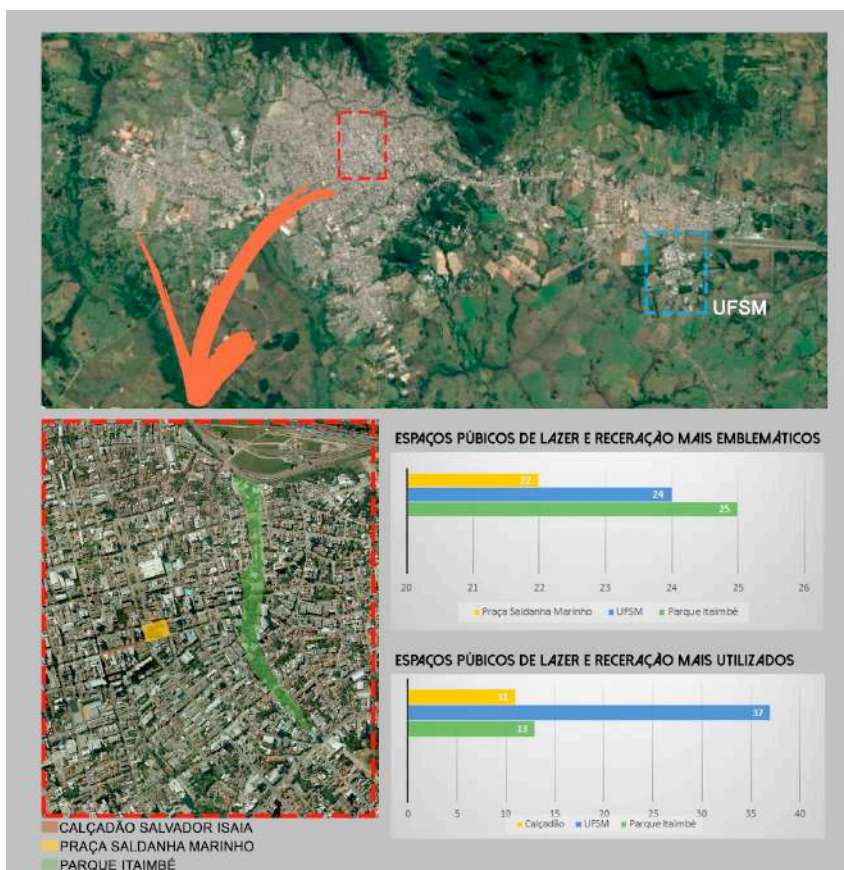
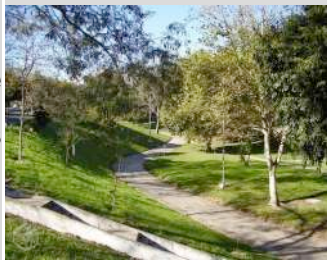


Figura 01: Espaços Públicos de Lazer e Recreação mais emblemáticos e utilizados pelos respondentes. Fonte: Adaptado de Google Earth e Autores. 2018



Quanto ao cenário dos Espaços Públicos de Lazer e Recreação citados pelos participantes, o

Quadro 01 demonstra uma síntese das principais características dos mesmos.

<p>Parque Itaimbé</p>	<p>O Parque Itaimbé é o principal e maior parque de bairro público, localizado na área central da cidade. Construído sobre o Arroio Itaimbé, atualmente canalizado, o parque é contemplado por amplos espaços lineares para lazer, recreação, contemplação e práticas desportivas. No entanto, apesar de sua importância na memória da população santa-mariense, sua abrangência de atendimento é restrita à zona central. Em função da falta de gestão em termos de manutenção e qualidade projetual paisagística, apresenta problemas como insegurança e depredações em seus ambientes.</p>	
-----------------------	---	---



S. 2018

UFSM

O campus da UFSM é caracterizado como um parque setorial e grande polo atrator pelas facilidades tecnológicas-científicas, ambientais e culturais. A maioria dos espaços, construídos e livres, são significativamente utilizados pela comunidade acadêmica, local e turística. Os principais espaços utilizados pelos usuários são os amplos gramados, o bosque e a pista multiuso. Esta última, implantada em 2014, representou um importante impulsionador do uso dos espaços livres da UFSM, sendo um elemento de conexão, lazer, mobilidades, recreação (ativa e passiva), sociabilização e acessibilidade universal.





S2018

Praça Saldanha Marinho é praça mais antiga e emblemática de Santa Maria por representar o ponto inicial de surgimento dos primeiros núcleos urbanos da cidade. Além de grande importância histórica, está rodeada por edificações de mesmo valor patrimonial e cultural como o Theatro Treze de Maio. Ao longo do tempo, a praça sofreu inúmeras transformações em seu projeto originalmente em estilo eclético, sendo incorporados novos usos e novas estruturas físicas. A Praça é palco de interações sociais entre o diversificado público que a frequenta, além ser cenário de eventos como a tradicional Feira do Livro, Santa Maria Vídeo e Cinema, apresentação de bandas de música e peças teatrais, feiras de produtos coloniais etc.





Peatonal da área central, a qual conforma um eixo central com a Praça Saldanha Marinho e viaduto Evandro Behr. É um marco referencial e ícone da Calçada identidade da cidade, além de caracterizar-se como Salvador local de convívio dos santa-marienses e centro comercial e de serviços da cidade. O calçadão, com o é popularmente denominado, é utilizado aos finais de tarde e finais de semana entre os jovens como ponto de encontro para tomar chimarrão, apreciar a paisagem urbana e interagir socialmente. Seu cenário também é marcado pela poluição visual causada pelo excesso de sinalização e publicidade, mobiliário urbano e revestimentos inadequados, falta de áreas sombreadas e aspecto árido.



Quadro 01: Breve caracterização dos Espaços Públicos de Lazer e Recreação mais emblemáticos e utilizados pelos respondentes. Fonte: Autores, 2018.



Com relação aos aspectos positivos e negativos dos espaços livres públicos de lazer e recreação de Santa Maria, as nuvens conceituais dispostas na **Figura 02** demonstram que o “espaço”, o “verde”, a “caminhada” e a “segurança” são os aspectos benéficos mais citados. Já entre os atributos negativos mais mencionados, destacam-se “infraestrutura”, o “espaço”, a “segurança” e “bancos”. Dessa forma, percebe-se que a ausência ou a ineficácia da infraestrutura é um atributo definidor para a valoração simbólica ou utilitária. Infere-se, ainda, que o espaço citado nos dois casos, se estende ao entendimento da ambiência “aberta” do espaço livre público, a qual pode inclusive variar significativamente de um local para outro, assim como a segurança. Por outro lado, percebe-se claramente o quanto os locais para caminhada e arborizados são importantes, ao passo que a ausência de



infraestrutura e de mobiliário urbano (bancos) é notória em toda cidade.

Figura 02: Aspectos positivos e negativos dos espaços livres públicos. Fonte: Autores, 2018.



No que tange ao sentimento ou sensação que os espaços livres públicos mais provocam nos usuários, as cinco palavras mais citadas foram: “tranquilidade”, “liberdade”, “paz”, “nostalgia” e “calma”, demonstrando que o espaço livre mantém uma forte relação de conforto e imagem, lazer e descanso no imaginário dos seus usuários, o que ratifica a importância da função primordial destes espaços livres para o lazer e a recreação de qualidade ofertada à comunidade. Na questão que expõe a razão de utilização destes espaços, a **Figura 03** mostra que a interação social foi o padrão mais mencionado pelos usuários com 143 menções, seguido de passear com a família com 132 citações, curtir/prazer com 114 citações e laços de amizade com 107 repetições, enquanto que atividade física teve 105 menções.

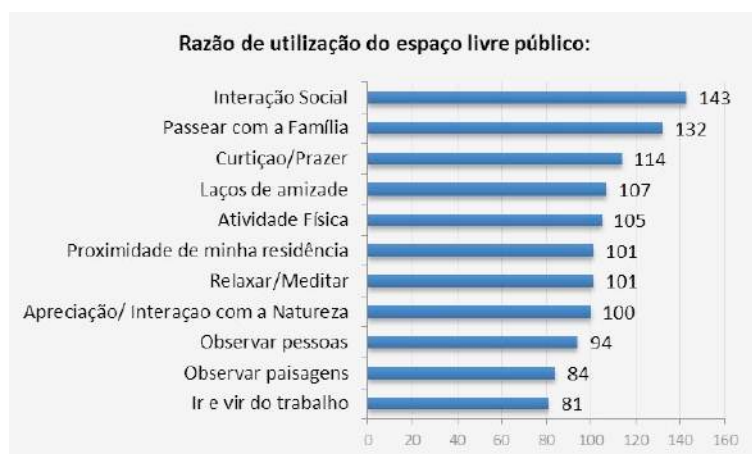


Figura 03: Razão de utilização dos espaços livres públicos. Fonte: Autores, 2018.

A **Figura 04** ilustra que pessoas geralmente usam os espaços livres públicos aos finais de semana, bem como a **Figura 05** aponta que o uso predominante vem a ser “com grupos de amigos”, seguido de “sozinho” e “com a família”. Este comportamento de utilizar os espaços livres aos fins de semana já era esperado na pesquisa, visto uns dos ELIULRs de Santa Maria mais citados, a UFSM, ser atualmente um dos parques que mais recebem usuários neste período da semana, seja pela procura por práticas de lazer, recreação e/ou esporte

XIII COLOQUIO QUAPA SEL



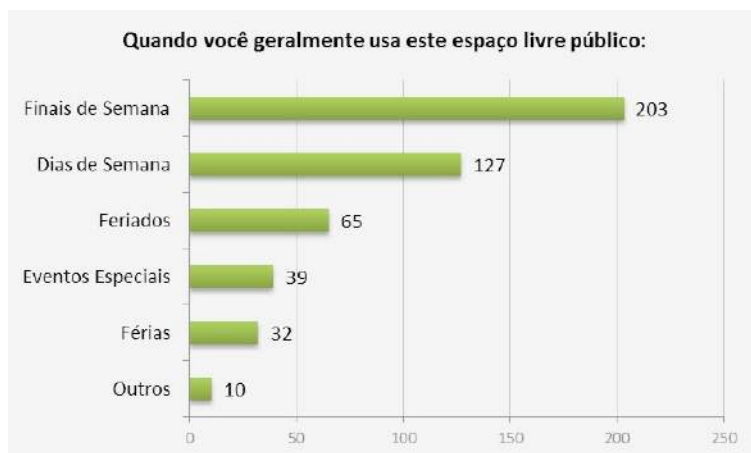


Figura 04: Quando são utilizados os espaços livres públicos. Fonte: Autores, 2018.



Figura 05: Com quem são utilizados os espaços livres públicos. Fonte: Autores, 2018.

Sobre a frequência com que os usuários interagem (**Figura 06**) com pessoas conhecidas nos espaços livres públicos, 135 responderam que interagem frequentemente, sendo que o tipo de interação (**Figura 7**) entre estas pessoas é um encontro casual com amigos. Com relação às pessoas desconhecidas, a frequência é ocasional, também com 135 respostas, sendo que o tipo de interatividade com

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL





desconhecidos é cumprimentar um estranho sem interromper a atividade.

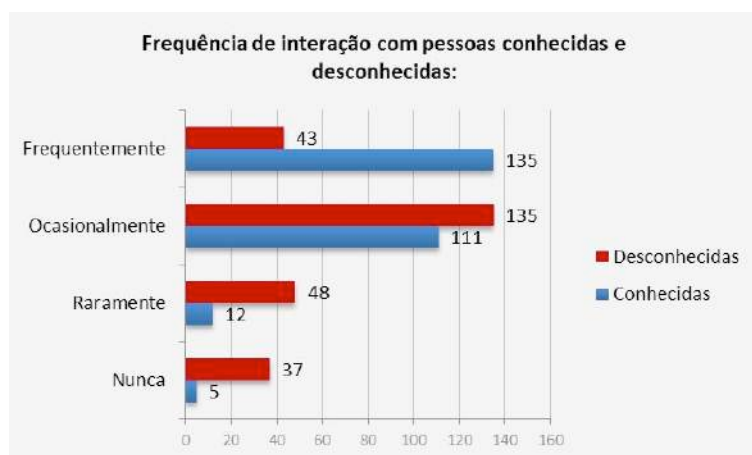


Figura 06: Frequência de interação com pessoas conhecidas e desconhecidas.

Fonte: Autores, 2018.



Figura 07: Tipo de interação com pessoas conhecidas e desconhecidas. Fonte:

Autores, 2018.

Observações finais

Tendo em vista os resultados gerais de avaliação dos ELIULRs obtidos com a pesquisa *on line* de interação com os usuários, pode-se considerar a utilização pelo poder público em termos das políticas de planejamento e de gestão urbana dos





espaços livres. Isto em termos de quais prioritariamente ocupar-se e/ou viabilizar responsabilidades co-participativas de manutenção e conservação, dos melhoramentos das infraestruturas e mobiliários, da constante valorização e ampliação dos aspectos ambientais, de medidas que confirmam segurança ao longo do período diurno e noturno entre outros. Além disto, é interessante ponderar que se aos espaços livres públicos emblemáticos e mais utilizados predominam as citações de espaços localizados nas regiões central e leste de Santa Maria, o que acontece com os demais ELIULR das regiões norte, oeste e sul as quais são ocupadas inclusive por diferentes estratos socioeconômicos dos das regiões central e leste?

Quanto aos ELIULRs, em que medida pode-se pensar em estratégias de desenho urbano e ambiental, inclusive tendo em vista a revisão em curso do Plano Diretor, a fim de integrar os ELIULRs seja por meio dos ELIUs com outras funções (circulação, produção, ecológica...), de diferentes escalas/porte, com distintos usos e atividades oferecidos, ampliando assim a possibilidade das apropriações ao longo dos dias uteis da semana, potencializando as interações e as trocas sociais especialmente entre os desconhecidos.

Obviamente, é de suma importância atestar as limitações do método aqui empregado, visto não conhecermos o universo de respostas e avaliações as quais poderiam ser reagrupadas em função da procedência do respondente. Neste caso, as análises atestariam outras considerações dos papéis dos ELIULRs, especialmente os das regiões norte, oeste e sul de Santa Maria.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SILVA, W. R. da; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **Perspectivas da Urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. Washington: Island Press, 2011. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área da unidade territorial**. 2016. Disponível em:





<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. 2010.
Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_popu_lacao_rio_grande_do_sul.pdf>. Acesso em: 10 ago 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. 2017.
Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>>. Acesso em: 10 ago 2018. LERNER, J. Prólogo à Edição Brasileira. In: GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MAGNOLI, M. M. E. M. Espaço livre – objeto de trabalho. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo, n. 21, p. 175-198, 2006.

_____. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. 116 f. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

PIPPI, L. G. A. et al. A Dinâmica dos Espaços Livres Intra-Urbanos da cidade de Santa Maria-RS. **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 29, p. 189–225, 2011.

_____. Sistema de Espaços Livres contemporâneos na cidade de médio porte de Santa Maria

- RS. **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 26, p. 89–126, 2009.

QUEIROGA, E. F. Por um Paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do paisagismo. **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 21, p. 55-64, 2006.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WHYTE, W. **The Social Life of Small Urban Spaces**. New York: Project for Public Spaces, 2004. Acesso em: 10 ago 2018.



APROPRIAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO, INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS E RESISTÊNCIAS: O Movimento Eco Praça em Natal-RN.

MANUELA, Carvalho (1); RUTH, Ataíde (2);

(1) UFRN; Mestranda; Natal, RN; manu_cristina40@hotmail.com

(2) UFRN; Professora Doutora; Natal, RN; rataide_58@hotmail.com

RESUMO

Os espaços públicos garantem a cidade e aos seus usuários as condições para um bem-estar social, democrático e coletivo, refletindo possibilidades de uso e apropriações diversas na significação da vida e na criação de lugares e memórias. Nesse sentido, o presente artigo discute o uso e apropriação de espaços públicos subutilizados na cidade de Natal-RN através de intervenções temporárias, tendo como foco as ações realizadas pelo Movimento Eco Praça entre os anos de 2013 a 2016. Parte-se da premissa que estas ações dinamizaram e ressignificaram o espaço ocupado e seus respectivos entornos, mesmo que de forma temporária. Assim, o objeto de estudo do trabalho consiste nas novas formas de apropriação do espaço público promovidas pelo Eco Praça e sua relação com o restabelecimento das condições de vitalidade nestes locais e da memória coletiva da cidade. A metodologia incluiu uma pesquisa exploratória e descritiva que buscou analisar as praças através de uma análise espacial das praças e perceptiva dos seus usuários - participantes, organizadores, moradores do entorno e expositores - objetivando compreender a espacialização destas ações e o seu significado social, marcado pelo discurso e identificação com o movimento. Nas considerações finais ressalta-se a forma como as praças eram utilizadas e a relação do existente com as intervenções e as críticas e expectativas da população entrevistada com relação ao movimento.

Palavras-chave: Apropriação do espaço público; Eco praça; Intervenções temporárias; Resistência.

APPROPRIATIONS IN THE PUBLIC SPACE, TEMPORARY INTERVENTIONS AND RESISTANCES:

XIII COLOQUIO QUAPA SEL





The “Eco Praça” Movement in Natal-RN.

ABSTRACT

The public spaces provide for the city and its users the conditions for a social, democratic and collective welfare, reflecting possibilities of the use and various appropriations in the meaning of life and creation of places and memories. Thus, the present article discusses the use and appropriation of underutilized public spaces in the city of Natal-RN through temporary interventions, focusing on the actions carried by the “Eco Praça” Movement, between 2013 and 2016. It starts from the premise that these actions dynamized and resignified the occupied space and its surroundings, even if of temporary form. Thus, the object of study of this work consists in the new forms of appropriation of the public space promoted by the “Eco Praça” and its relation with the restoration of the conditions of vitality in these places and of the collective memory of the city. The methodology included an exploratory and descriptive research that sought to analyze the squares through a spatial analysis of the squares and perceptives of its users - participants, organizers, residents and exhibitors - aiming to understand the spatialization of these actions and their social meaning, marked by speech and identification with movement. The final considerations highlight the way in which the squares were used and the relation of the existent with the interventions and the criticisms and expectations of the population interviewed in relation to the movement.

Key-words: *Appropriation of public space; Eco Praça; Temporary interventions; Resistance.*

Introdução

O espaço público é o lugar da afirmação da memória afetiva, da diversidade de usos e culturas, da realização das práticas coletivas. Manifestar-se e apropriar-se dele,





seja por atos individuais ou coletivos, é dar-lhe significado, proporcionando a interligação entre o público e privado e a efetivação do direito à cidade. Nessa perspectiva, as ações temporárias surgem como estratégias de apropriação desses espaços, quando rompem com a ideia da cidade segregada, formalista e individualista, promovendo a ressignificação das práticas coletivas e recriando lugares sob uma ótica mais lúdica.

Como intervenções estamos considerando as práticas efêmeras de ocupação nos espaços públicos subutilizados da cidade - praças, parques, canteiros, locais abandonados, terrenos vazios - que através de eventos culturais, arte de rua, esporte, legitimam aquilo que foi projetado, reinventando um novo cotidiano. Tais ações são protagonizadas por tribos e grupos sociais diversos que mesclam anseios ao realizarem nestes espaços apropriações e a criação de novas funções, incorporando novos significados e expressões no contexto urbano onde se inserem. É nesse sentido que as ocupações temporárias traduzidas pelo Movimento Eco Praça, objeto de discussão neste artigo, surgem como uma experiência transformadora, que sugere novas possibilidades de apropriação dos espaços públicos de Natal, promovendo-lhes novos significados e reduzindo os graus de subutilização e imprimindo-lhes uma nova dimensão política e coletiva. Este trabalho propõe uma discussão sobre o processo de apropriação destes espaços a partir das ações do movimento em Natal/RN, ocorridas no período de 2013 a 2016, a fim de analisá-los por meio de uma análise espacial e da percepção dos seus usuários, buscando assim reconhecer o significado destas ações para a cidade. Foram utilizados os métodos da percepção do ambiente e entrevistas semiestruturadas, apresentadas neste artigo em uma síntese que demonstra as aproximações com o movimento, as relações com os espaços físicos, a percepção dos usuários e os resultados finais.

1. Novas formas de uso e apropriação do espaço público através de Intervenções Temporárias.

A sociedade contemporânea vive em constante processo de transformação – nas relações sociais, no uso da cidade, na diminuição das distâncias e dos fluxos de

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL





comunicação – onde o individualismo e o distanciamento da vida pública contribuem para o surgimento de novas formas de ocupação e apropriação dos espaços públicos. Nesse contexto, as ruas, as praças, se convertem em meros lugares de passagem entre os grandes empreendimentos imobiliários de diferentes escalas e localizações (centro e periferias) e a experiência de se viver a cidade - essencial a democracia - se configura às margens dos muros, dos grandes edifícios e do lazer enclausurado.

Segundo Zygmunt Bauman (2002) o público encontra-se colonizado pelo privado, limitando-se a curiosidade pela vida privada ou de figuras públicas, concorrendo para que a arte da vida pública se reduza a exibição de assuntos privados e a confissões públicas de sentimentos privados; e os temas públicos que resistem a essa redução se transformam em algo incompreensível.

É nesse sentido que a ocupação de áreas subutilizadas (praças, parques, canteiro, entre outras) pelas intervenções temporárias torna-se revolucionária, uma vez que assumem o espaço urbano e adquirem significado ao atraírem olhares e ganharem corpo através da participação coletiva. Para Alessandra Olivi (2012) esses espaços públicos insurgentes renovam a prática do urbano, resistindo e gerando um novo compromisso das pessoas com a cidade e os espaços coletivos.

Segundo Adriana Sansão Fontes (2011) as intervenções temporárias são ações intencionais que transformam o espaço de forma transitória, sem necessariamente possuir uma temporalidade. São em sua maioria pequenas, particulares em relação aos locais utilizados, subversivas pois não seguem um padrão único, interativas e estimulantes. A autora as classifica tipologicamente como apropriações espontâneas, intervenções de arte pública ou festas locais.

O caráter efêmero dessas intervenções também se evidencia pelo fato de que nem sempre deixam vestígios, e ainda, por não se tratarem de realizações sazonais. Normalmente, são movidas por grupos diversos e acontecem espontaneamente em praças, canteiros, calçadas, edifícios abandonados e até mesmo em espaços privados, transformando-os durante um intervalo de tempo e movimentando-os de forma a quebrar momentaneamente as regras urbanísticas formais.

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL





Para Sansão et. al. (2017) os desdobramentos de uma intervenção urbana nunca podem ser previstos e suas ações se configuram ao acaso, na transcrição dos acontecimentos pelas necessidades dos grupos, dependendo muitas vezes dos condicionantes do local ocupado, sendo necessário “entender e jogar com a imprevisibilidade de processos humanos, condições climáticas, criação de empatia com o outro” para então compreender como essas práticas se manifestam e dinamizam o espaço público (FONTES et. al. 2017, p.15).

2. Aproximação: O Movimento Eco Praça

Ações como o “Eco Praça”, “Plateia Urbana”, “Quintal Urbano”, a ocupação do estacionamento do Carrefour, entre outros casos efêmeros que surgiram na cidade de Natal nos últimos anos, retomam e recriam novos lugares através das intervenções temporárias e “resistem” ao lidarem diretamente com o distanciamento das pessoas do espaço público e ecoarem uma necessidade humana básica, de se apropriar da cidade.

Realizadas pontualmente e coletivamente nas mídias sociais ou mesmo no “boca a boca”, esses movimentos convertem o espaço público em palcos de eventos com expressões artísticas (dança e musicalidades), oportunidades de trocas comerciais (bazares) e o mais importante, lugares afetivos e ativos que proporcionam conversas e experiências que excedem os grupos virtuais no whatsapp, por exemplo. Essas práticas, discutidas neste artigo a partir da análise do movimento Eco Praça, desencadeiam uma nova forma de enxergar a democratização do acesso à cidade a partir do uso lúdico do espaço público.

Segundo os seus idealizadores²⁷, o Eco Praça consiste em uma iniciativa de movimento social, com ocupações e apropriações das praças públicas aparentemente subutilizadas, e objetiva promover a requalificação destas por meio de melhorias urbanísticas e o estímulo a diferentes formas de uso, alterando a sua condição de lugar de passagem para espaço de integração e convivência no cotidiano das comunidades onde se inserem.

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

²⁷ Informação coletada na página do Eco Praça no facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ecopraca/?fref=ts>>. Acesso em: 25 março 2017.





Apoiados no conceito de Placemaking²⁸, o movimento apresenta-se como uma alternativa de ressignificação das praças, convertendo-as em pontos de encontro e promovendo a participação ativa da população. Suas ações em Natal tiveram início em dezembro de 2013, no bairro de Candelária, na Praça dos Eucaliptos, e posteriormente interviram em outras praças cujas ações ganharam visibilidade. Entre 2013 e 2016 foram ocupadas dez praças em nove bairros – Candelária, Capim Macio, Potengi, Cidade Alta, Mãe Luiza, Ponta Negra, Neópolis e Petrópolis - de três Regiões Administrativas do município; um espaço semi-público – a Cidade da Criança; e um espaço privado – a fundação Hélio Galvão, ambos em Natal. Ainda, em outros momentos, realizou atividades no interior do estado nos municípios de Pedro Avelino e Lajes. Para a pesquisa que resultou neste artigo foram analisadas apenas as dez praças (Figura 01), devido ao recorte dos espaços públicos.



Figura 01: Localização por bairros das praças ocupadas pelo movimento entre 2013 e 2015. Produzido pelas autoras. 2018. A partir de (CARVALHO, 2017)

²⁸ COLÓQUIO QUAPA SEL

De acordo com o site oficial do *Project for Public Spaces (PPS)* placemaking consiste em um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos que inspira as pessoas a ressignificarem espaços transformando-os em lugares através de práticas simples.



As realizações do Eco Praça tratavam-se inicialmente de ocupações simples, motivadas por poucas pessoas em uma organização livre, onde a apropriação do espaço se expressava principalmente nas cangas estendidas na grama com alguns pontos de vendas, além de danças, rodas de conversas sobre temas emergentes e incentivo a hortas urbanas. A medida que as ocupações foram crescendo e agregando novos participantes, surgiram novas demandas e a necessidade de estruturação do movimento, incluindo as formas de ocupação do espaço e exigindo o apoio do poder público e patrocínios. As ações se converteram em grandes encontros marcados por práticas esportivas, apresentações culturais, barracas gastronômicas e bazares. Associado a essas oportunidades de apropriação, destaca-se o perfil dos ocupantes, que se diversificou, validando os objetivos e a natureza democrática do movimento (Figuras 02 e 03).



Figura 02: Eco Praça Diversidade. Foto por Rudá de Melo. Fonte: facebook.com/ecopraca2017. Acesso em 2017.



Figura 03: Eco Praça Diversidade 02. Foto por Rudá de Melo. Fonte: facebook.com/ecopraca2017. Acesso em 2017.



O movimento ganhou visibilidade por lidar diretamente com as necessidades de lazer de parte da população de Natal - expressas na má qualidade e abandono dos seus espaços públicos e na indignação de muitos grupos - mas, principalmente, por conseguir promover democraticamente a realização de encontros de diferentes tribos urbanas e ideologias. Essas intervenções, expressas na música, na cultura, no lazer e nas práticas recreativas - contribuem para evidenciar o significado do que seria uma cidade produzida a partir dos interesses da coletividade.

Ainda que tenha proporcionado a realização de ações pontuais, com alcance restrito a algumas praças e seus respectivos entornos, e excluindo certos espaços periféricos da cidade, o Eco Praça configura-se como um importante movimento de resistência, dando voz a grupos excluídos e fomentando a formação de uma nova consciência cidadã sobre outras formas de apropriação do espaço público.

Como afirma Raquel Rolnik (2015), para um melhor aproveitamento da cidade basta abrir espaços que as pessoas automaticamente os ocupam, superando a ideia dos superprojetos e das obras caríssimas. O lazer e a diversão nem sempre demandam grandes infraestruturas de espetáculos e eventos. As pessoas também organizam, promovem e criam suas expressões artísticas e seus próprios “eventos”, desde que haja espaços disponíveis para abrigar as iniciativas.

3. Percursos Metodológicos

Tendo como foco as apropriações realizadas pelo Movimento Eco Praça, o estudo baseou-se nas seguintes formas de abordagem: pesquisa bibliográfica; análise das ações promovidas pelo movimento através de um resgate nas redes sociais e observações in loco; análise espacial da praças observando alguns parâmetros e conversas com os moradores do entorno; e aplicação de questionários semiestruturados, evidenciando a percepção dos envolvidos com o movimento. Assim, tomando como referência a classificação de agentes sociais proposta por Lobato Correia (2011) admitiu-se trabalhar com os “grupos sociais excluídos”, que estão representados pelos organizadores do movimento, expositores e apoios, moradores do entorno das praças analisadas e outros participantes.

4. Resultados: Compreendendo o espaço físico e a percepção dos usuários

XIII COLOQUIO QUAPA SEL





Szabo

Antes de explicitarmos os resultados, é importante destacar que a partir do referencial teórico e da pesquisa de dados secundários pode-se obter algumas conclusões prévias: a primeira é que 44,44% das praças utilizadas pelo movimento estão localizadas em conjuntos habitacionais que deram origem ou impulsionaram a ocupação de alguns bairros localizados nas Regiões Administrativas Norte, Leste e Sul²⁹; e que a maioria delas estão também localizadas nos espaços centrais destes, sendo mais frequentadas e mais legíveis à população da cidade.

No processo de escolha das praças constata-se a exclusão da Região Oeste do universo de intervenção do movimento e ressalta-se que esta região possui uma menor quantidade de praças públicas. De acordo com a SEMURB (2007)³⁰ a Região Oeste possui apenas 17 praças (8,76%) em comparação às demais regiões administrativas do município, que possuem: Norte, 47 praças (24,23%); Leste, 62 praças (31,96%) e Sul, (35,05%).

Com relação a análise das praças, os parâmetros urbanísticos foram agrupados em três níveis: 1) configuracionais, onde se analisa o entorno imediato e os elementos constituintes das praças através de uma classificação tipológica; 2) perceptivos, destacando o significado e a legibilidade; 3) e físicos e paisagísticos, com atenção especial para os equipamentos urbanos, o plano suporte, a segurança e arborização. A escolha desses parâmetros e as demais análises foram orientadas pelas contribuições metodológicas dos seguintes autores: Philippe Panerai (2006), Ferdinando de Moura Rodrigues (2005), Robba e Macedo (2002), Kevin Lynch (1990), Jan Gehl (2015) e Jane Jacobs (2014).

Na análise configuracional do entorno, destacou-se a relação com a cidade e os padrões de ocupação, focando nos usos e gabaritos das quadras próximas à praça. Essa análise também realça as relações entre a arquitetura do entorno e a rua, destacando os graus de acessibilidade e integração (aberturas, fechamentos) entre o interior e o exterior nos termos definidos por Rodrigues (2005). Para a classificação da

²⁹ De acordo com a SEMURB - Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal - o município de Natal possui quatro Regiões Administrativas: Norte, Sul, Leste e Oeste. Disponível em: <

http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/Limites_Bairros.pdf>. Acesso em 2017.

³⁰ SEMURB. Mapas temáticos 2007. Disponível em: < <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-600.html>>. Acesso em 2017.





Scale

tipologia da praça tomou-se de empréstimo a classificação de Robba e Macedo (2002) e numa perspectiva de análise paisagística a classificação de Rodrigues (2005) sobre a geometria do espaço (quadro 01).

Quanto à percepção, utilizou-se os conceitos de visibilidade e legibilidade propostos por Lynch (1990), buscando capturar a imagem dos usuários sobre as praças no contexto da cidade, seja através da sua tipologia, do reconhecimento visual e do reconhecimento de elementos simbólicos no seu entorno (quadro 01).

PRAÇAS	PARÂMETROS URBANÍSTICOS			PARÂMETROS PERCEPTIVOS
	ENTORNO	ARQUITETURA	TIPOLOGIA DAS PRAÇAS	SIGNIFICADO / LEGIBILIDADE
1 PRAÇA DO RALF	Intenso fluxo de veículos Bem conectado Fácil acesso	Fachadas reservadas Baixo gabarito Residencial	Praça poligonal	Ausência de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
2 ÁREA DE LAZER PANATIS	Intenso fluxo de veículos Bem conectado Fácil acesso	Fachadas reservadas Baixo gabarito Residencial	Praça jardim Praça poligonal	Ausência de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
3 PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE	Intenso fluxo de veículos Bem conectado Fácil acesso	Fachadas restritas Baixo gabarito Institucional	Praça jardim Praça nuclear	Presença de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
4 PRAÇA 7 DE SETEMBRO	Intenso fluxo de veículos Bem conectado Fácil acesso	Fachadas restritas Baixo gabarito Institucional	Praça jardim Praça nuclear	Presença de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
5 PRAÇA CÍVICA	Intenso fluxo de veículos Bem conectado Fácil acesso	Fachadas restritas Baixo gabarito Serviço e institucional	Praça azul Praça nuclear	Presença de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
6 PRAÇA EDGAR BORGES	Intenso fluxo de veículos Bem conectado Fácil acesso	Fachadas livres Baixo gabarito Comercial	Praça seca Praça linear	Ausência de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
7 PRAÇA DOS EUCALIPTOS	Pouco fluxo de veículos Bem conectado Fácil acesso	Fachadas reservadas Baixo gabarito Residencial	Praça jardim Praça linear	Ausência de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
8 PARQUE DE CAPIM MACIO	Pouco fluxo de veículos Bem conectado Fácil acesso	Fachadas reservadas Baixo gabarito Residencial	Praça jardim Praça poligonal	Ausência de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
9 PRAÇA DE NEÓPOLIS	Pouco fluxo de veículos Bem conectado Difícil acesso	Fachadas reservadas Baixo gabarito Residencial	Praça jardim Praça poligonal	Ausência de edificações simbólicas Fácil reconhecimento
10 PRAÇA ANJO AZUL	Pouco fluxo de veículos Bem conectado Difícil acesso	Fachadas reservadas Baixo gabarito Residencial	Praça jardim Praça poligonal	Ausência de edificações simbólicas Fácil reconhecimento

Qu

adro 01: Parâmetros urbanísticos e perceptivos. Fonte: CARVALHO, 2017.

Na análise física considerou-se a presença, quantidade e conservação dos equipamentos urbanos; no plano suporte os seus desníveis, rampas e acessos; a segurança medida pela presença de policiamento e sinais de vandalismo; e na arborização, observou-se a quantidade de vegetação predominante, porte e sombreamento, sem aprofundar para análises mais quantitativas (Quadro 02).





Scale

PRAÇAS	PARÂMETROS FÍSICOS			
	PLANO SUPORTE	SEGURANÇA	ARBORIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS URBANOS
1 PRAÇA DO RALF	Térreo e acessível	Sem policiamento Sensação de insegurança	Área projetada Sombreamento significativo em partes Ausência de manutenção	Grande variedade de equipamentos Ausência de manutenção
2 ÁREA DE LAZER PANATIS	Térreo e acessível	Vigilância até às 22:00 horas Sensação de insegurança	Área projetada Sombreamento significativo Ausência de manutenção	Grande variedade de equipamentos Ausência de manutenção
3 PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE	Térreo e acessível	Sem policiamento Sensação de insegurança	Área projetada Sombreamento significativo Ausência de manutenção	Poucos equipamentos urbanos Ausência de manutenção
4 PRAÇA 7 DE SETEMBRO	Térreo e acessível	Sem policiamento Sensação de insegurança	Área projetada Sombreamento significativo Ausência de manutenção	Poucos equipamentos urbanos Ausência de manutenção
5 PRAÇA CÍVICA	Térreo e acessível	Sem policiamento Sensação de insegurança	Área projetada Sombreamento significativo Ausência de manutenção	Poucos equipamentos urbanos Ausência de manutenção
6 PRAÇA EDGAR BORGES	Desnível acentuado	Sem policiamento Sensação de insegurança à noite	Área projetada Sombreamento deficiente Ausência de manutenção	Poucos equipamentos urbanos Ausência de manutenção
7 PRAÇA DOS EUCALIPTOS	Desnível acentuado	Sem policiamento Sensação de insegurança à noite	Área não projetada Sombreamento significativo Ausência de manutenção	Poucos equipamentos urbanos Ausência de manutenção
8 PARQUE DE CAPIM MACIO	Térreo e acessível	Sem policiamento Sensação de insegurança	Área não projetada Sombreamento significativo em partes Ausência de manutenção	Poucos equipamentos urbanos Ausência de manutenção
9 PRAÇA DE NEÓPOLIS	Térreo e acessível	Sem policiamento Sensação de insegurança	Área projetada Sombreamento significativo em partes Ausência de manutenção	Grande variedade de equipamentos Ausência de manutenção
10 PRAÇA ANJO AZUL	Térreo e acessível	Sem policiamento Sensação de insegurança	Área projetada Sombreamento significativo em partes Ausência de manutenção	Poucos equipamentos urbanos Ausência de manutenção

Qu

adro 02: Parâmetros físicos. Fonte: CARVALHO, 2017.

No que diz respeito a análise perceptiva, a partir de Lynch (1960) buscou-se compreender o movimento através da memória e referências dos seus usuários, entendendo a forma como eles percebiam e se identificavam com essas ações na cidade. Foram aplicados 80 questionários entre os meses de março e junho de 2017 com os principais envolvidos no movimento: 58 frequentadores, 7 expositores, 8 organizadores/apoios, 2 fotógrafos, 3 músicos e 2 vendedores.

Para os questionários optou-se por um formulário online que continha 31 questões distribuídas em cinco grupos: o perfil do entrevistado, os vínculos do entrevistado com o Eco Praça, questões mais específicas aproximando-se dos organizadores e moradores do entorno das praças, as aspirações e desejos para a continuidade do movimento e a avaliação da entrevista. Uma segunda entrevista, estruturada em 22 questões, foi realizada presencialmente com a organização do movimento centrada nas ações já

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

realizadas, nos apoios





alcançados e nas expectativas futuras.

Partindo disso, constatou-se que a maioria das praças estão localizados em áreas de grande fluxo de pessoas e de carros na cidade, onde possuem uma certa visibilidade e são de fácil identificação. Isso se reflete diretamente na forma como o movimento realizava a escolha destas delas, optando por espaços públicos mais centrais e acessíveis, que despertassem o interesse de diferentes pessoas, residentes ou não no entorno das praças ou nos bairros onde se localizavam. Também foi observado que, apesar de serem atrativas para pessoas de distintos perfis e residentes em diferentes bairros, o movimento não se tornou popular entre os moradores do entorno das praças.

De forma geral, a maioria das praças estavam subutilizadas antes da intervenção do movimento, sem manutenção por parte do poder público, bastante deterioradas e acabavam sendo alvo de violência e prática ilegais. Contudo, o fator insegurança não interferiu na determinação do Movimento Eco Praça e dos seus usuários que insistiram na realização de ações para ocupar esses espaços, demonstrando que tais iniciativas alteravam a dinâmica de ocupação desses espaços, transformando-os temporariamente em espaços movimentados e vivos. Nesse ponto, tomamos o movimento como importante ao demonstrar que a diversidade e o uso podem garantir, pela co-presença, segurança ao espaço público.

Com relação ao envolvimento das pessoas com o movimento Eco Praça, admite-se que uma das principais dificuldades de concretização e apoio - tanto dos seus usuários quanto do poder público - estava na ausência de um coletivo forte. Por outro lado, constatou-se que, apesar das parcerias e dos apoios que foram incorporados ao longo dos três anos de atuação, essas relações não fortaleceram o Eco Praça como um grupo, configurando ao movimento, ainda, uma natureza pessoal ou restrita a um pequeno grupo de pessoas, as vezes limitada aos seus idealizadores.

No que diz respeito aos vestígios deixados nas praças após as ocupações, por se tratar de atividades transitórias, não foi observada a ocorrência de grandes transformações físicas, tendo em vista a sua natureza transitórias. As ações de limpeza e requalificação das praças, assim como as hortas ou outras práticas similares, ainda que realizadas de forma parcial ou descontínua também e não foram apropriadas pelos moradores dos

XIII COLOQUIO QUAPA SEL



seus



respectivos entornos.

5. Conclusões

O estudo aqui desenvolvido buscou não só compreender a importância do Movimento Eco Praça para a cidade e os seus espaços públicos, mas também o seu real significado para as pessoas que dele participaram. A partir disso, conclui-se que apesar do movimento não ter deixado marcas físicas – principalmente pelo seu caráter efêmero, ele se destaca enquanto ação de requalificação da vida pública, da promoção de novas relações e pela articulação entre os seus usuários, demonstradas na memória coletiva.

As novas formas de uso e apropriação dos espaços públicos dão corpo e libertam o desejo de ressignificar a vida pública, e é fundamental a sua compreensão para a criação de novos lugares, assim como sua relação de reconquista do direito à cidade. Assim, tem-se no Movimento Eco Praça uma estratégia de difusão de novas perspectivas de se enxergar o espaço público e do ato de fazer surgir novas ideias e ações de resistência no decorrer dos anos.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 255p.

BISHOP, Peter; WILLIAMS, Lesley. The temporary city. London: Routledge. 2012. 256 p.

CARVALHO, Manuela Cristina Rêgo de. Práticas de resistência através de intervenções temporárias na cidade de Natal: o caso da Eco Praça. Trabalho de Conclusão de Curso - DARQ, UFRN, Natal, 2017. 235 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2004.

CORREA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani A. et al. A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p 41-51.

SANSÃO, Adriana. Intervenções temporárias, marcas permanentes. A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB-FAU/UF RJ, 2011.

SANSÃO, Adriana et al. Táticas de reconquista do espaço. Revista Prumo, [S.I.], v.2,

n.3, 2017.
XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

Disponível

em:

<<http://periodicos.puc->





rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/369>. Acesso em: jul. 2018.

GEHL, Jan. Cidade Para as Pessoas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015. 3 ed.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 3ª ed.

LINCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 280 p.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. In: Estudos e pesquisas em psicologia. UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, agosto. 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n2/artigos/pdf/v7n2a13.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

OLIVI, Alessandra. La política de los lugares: prácticas de resistência en la ciudad contemporânea. Ayp (website). Jornada sobre capital y território III. Sevilla, 2012. Disponível em: http://ayp.unia.es/dmdocuments/scyt3_com09.pdf. Acesso em: 03 set. 2017.

PANERAI, Philippe. O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. São Paulo: Revista Projeto, abril. 1994. n. 173, p. 78-82.

ROBBA, F.; MACEDO, S.S. Praças brasileiras. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002 [Coleção Quapá].

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. Forma, imagem e significado em estruturas urbanas centrais. Centro da cidade de Niterói. Projeto de Reestruturação Urbana. EdUFF/ProEditores, 2005.

ROLNIK, Raquel. Lições da Avenida Paulista. In: Blog Raquel Rolnik (website). Agosto, 2015. Disponível em:<<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/espaco-publico/>>. Acesso em: 24 de ago. 2016.



A CIDADE E MEMÓRIAS

o espaço livre público do complexo ferroviário de Campinas

The City and Memories

the public space of the Campinas railway complex

FARAH, Ana Paula (1); MERLIN, José Roberto (2)

(1) PUCCAMP; PROFESSORA DO POSURB-ARQ; Campinas/SP; ana.farah@puc-campinas.edu.br

(2) PUCCAMP; PROFESSOR DO POSURB-ARQ; Campinas/SP; jrmerlin@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Este trabalho trata de um imenso espaço urbano situado no centro da cidade de Campinas, SP, no qual houve uma grande concentração de companhias de estradas de ferro que construíram inúmeros edifícios, que ainda existem com diferentes estados de conservação. Essa enorme área central, implantada em um dos divisores de água da cidade, acabou separando a malha urbana em duas partes, pela forma de sua implantação em 1872, incitando, desde aquela época, a segregação socioespacial, que perdura até os dias atuais. Através de pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas foi possível entender a importância das ferrovias e deste espaço em que inclusive se fabricavam vagões e locomotivas, para a história do desenvolvimento de Campinas e do próprio estado de São Paulo. Hoje abandonado, este espaço livre permeado de edifícios de valor cultural, talvez possa oferecer a possibilidade de, contraditoriamente, alavancar Campinas como metrópole, ao status de ser reconhecida na rede de cidades mundiais, ocupando proeminente papel.

Palavras-chave: Campinas; Patrimônio Cultural; Ambiente Preexistente; Espaços Livres Públicos.

ABSTRACT

This work deals with with an immense free urban space located in the center of the city of Campinas, SP, where there was a great concentration of railway companies that built numerous buildings, which still exist with different states of conservation. This enormous central area, implanted in one of the city's water





dividers, ended up dividing the urban network into two parts, since its establishment in 1872, creating since that time the socio-spatial segregation that continues to this day. Through bibliographical, documentary and iconographic research, it was possible to understand the importance of this space and the railways, which even manufactured wagons and locomotives, for the development history of Campinas and the state of São Paulo itself. Today abandoned, this free space permeated by buildings of cultural value, is capable, contradictorily, leverage the metropolis of Campinas, to the status of being recognized in the network of world cities, occupying a prominent role.

Keywords: Campinas; Cultural heritage; Pre-existing Environment; Public Free Spaces.

1. Introdução

O Complexo Ferroviário na cidade de Campinas – Estação Ferroviária da Companhia Paulista de Estrada de Ferro –, foi um importante centro da maior relevância e proeminência pela sua função e porte, em que situava o Centro de Administração Técnica (KÜHL, 1998, p.156). A implementação das linhas férreas resultou numa morfologia urbana pautada em um sistema de redes, no qual se configurava a escolha para sua localização, como lugar estratégico que articulava Campinas com o resto do território brasileiro, apropriando-se de uma função centralizadora (COSTA, 2010, p.14).

Com o passar do tempo, todo o *Complexo* (o Pátio Ferroviário) sofreu várias alterações, tanto no que se refere às questões da sua conformação física, como nos seu espaço livre de uso público, estrutural e mutante nos usos, quanto nas políticas urbana adotadas, resultando num protuberante “nó”, um grande “terrain vague” no centro da cidade, tornando-se um grande obstáculo para o seu desenvolvimento, e, contraditoriamente, poderia hoje, enlevar os olhares dos urbanistas e políticos, ao oferecer grandes possibilidades de transformações urbanas, que poderiam alçar a cidade de Campinas ao seletivo âmbito das metrópoles mundiais.

A cidade de Campinas dista cerca de dez quilômetros do Aeroporto Internacional de Viracopos - o maior em deslocamentos de cargas da América Latina - possui um dos maiores Produtos Internos Brutos do Estado de São Paulo, dispendo de centros de tecnologias de ponta e várias universidades de excelência, sendo transformada no ano 2.000, no epicentro da Região Metropolitana, polarizando hoje vinte





idades.

O espaço que abrange o chamado “Complexo Ferroviário” possui cerca de 350.000 metros quadrados, numa extensão de 1.300 metros no seu sentido longitudinal e variando, de 150 a 250 metros, no seu sentido transversal. Implantada num dos divisores de águas da cidade, numa altitude próxima de 800 metros, conformou um platô absolutamente plano (em nível) após o processo de terraplanagem, adotando o nível de referência de altitude média do perfil natural do terreno. Com esta morfologia plana demandada pelas estações e pelos pátios de manobra ferroviários, aterrada de um lado e desaterrada de outro, gerou topográfica e historicamente um território com duas distintas formas de uso e ocupação do solo, tornando o centro da cidade como *Pólis* privilegiada, separada dos serviços mais perturbadores e desagradáveis requeridos por uma aglomeração humana, instalados em seu lado oposto, com cemitérios, curtumes e outros serviços geradores de poluição e desprezo.



Figura 01: Complexo Ferroviário FEPASA – cidade de Campinas sobre Google

Editado pelos discentes: Ana Clara Escuciato, Ana Luiza Devito, Ana Luiza Giovanetti, Julia Scaringi, Laura Mastrodi, Marcelo Gonçalves, Mayara Yumi, Renan AlexTref. 2015

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL





A implantação do Complexo Ferroviário, nesta escala, em Campinas, reuniu, na metade do século XX, praticamente todas as ferrovias importantes do país e foi o primeiro passo, para a transformação da cidade em um dos “HUBS” de cargas e de logística mais movimentados do estado, congregando modais de transportes ferroviário, rodoviário e aeroviário.

Atualmente, recebendo apenas seis trens de cargas ao dia, este espaço “abandonado”, desde meados da década de 1970, resultante da política rodoviarista implantada no país, mas privilegiado em termos de localização, este espaço central à malha urbana, está hoje ao lado de dois terminais de passageiros (ônibus urbanos, interurbanos e interestaduais), próximo a inúmeros equipamentos de uso coletivo e centros administrativos. Sua escala, requer uma intervenção que restabeleça as relações e as permeabilidades entre os dois lados da cidade, bem como pode possibilitar, algo mais eloquente, em termos de uma ação edilícia de ocupação, conforme as metrópoles no âmbito global.

O espaço do complexo ferroviário é considerado, por muitos, uma das possibilidades difusas e potenciais de modificação e inclusão da metrópole campineira na rede de cidades existentes no mundo. Tem história, tradição, escala e tecnologia para isto!

A partir desta metodologia histórico-descritiva supracitada, que reflete o valor desse território, hoje negligenciado pelos poderes públicos, torna-se fundamental tratá-lo como um dos indutores da memória coletiva e de identidade urbana da cidade, a ponto de poder afirmar que a destruição de sua memória acarretará um dano irreversível para a cultura e a identidade da sociedade.

2. A cidade, memória e o complexo ferroviário.

Os paulistas descobriram as primeiras jazidas de ouro, fins do século XVII na região das Minas Gerais. Entretanto, com a “guerra dos Emboabas” (1708/09) e com as desvantagens por parte dos paulistas, iniciaram uma busca às novas minas por novos caminhos, com o intuito de estabelecer a ligação entre as regiões auríferas a partir da província de São Paulo. Em 1721, a Coroa determina a abertura de uma nova rota, conhecida como o “caminho dos guaiases” ou



“estrada dos Goiazes”. A origem da cidade de Campinas³¹ foi estabelecida pela abertura do “caminho geral dos Goiazes” (ROSSETTO, 2006. p.142) fruto da expansão portuguesa, localizada no fluxo mercantil da mineração.

No percurso do caminho até o Sertão de Goiás, os tropeiros faziam suas paradas em lugares estratégicos, dos quais se iniciou a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Dentro, fundada em 1774. Com a expansão da cultura açucareira³², torna-se a Vila de São Carlos, em 1797 e, com a difusão e o desenvolvimento da cultura do café, afere, em 1842, o título de cidade de Campinas.

Entretanto, segundo Benincasa (2008, p. 113), a lavoura cafeeira encontrou – além da questão econômica – o capital da lavoura da cana de açúcar e do comércio de tropas de burros; vários outros fatores para o seu desenvolvimento nessa região: solo fértil; uma rede de cidades e estradas já constituída; um grande número de pessoas concentradas e uma considerável quantidade de mão de obra escrava.

A enorme riqueza que se obteve com o açúcar e principalmente com a vinda do café – que chegara em meados do século XIX – proporcionou uma série de melhoramentos, tanto materiais quanto de ordem cultural, artístico, social e religiosa para a cidade.

Com o tal desenvolvimento, amplia-se a área urbana até ultrapassar o rossio original e, sequentemente, surgiram vários melhoramentos, entre esses – a implantação da Estrada de Ferro –, que chegara na cidade em 11 de agosto de 1872, com a inauguração do primeiro trecho da Companhia Paulista que vinha de Jundiáí, e desta, seguia para o Porto de Santos.

Essa infraestrutura de transportes tornou Campinas um dos maiores centros ferroviários do país. Logo depois da inauguração da Companhia Paulista fundou-se a *Companhia Mogyana de Estrada de Ferro e Navegação*, ligada diretamente ao desenvolvimento da cultura cafeeira. Esta ferrovia viria a servir uma das regiões mais ricas da província de São Paulo, que atingira as divisas de Minas Gerais, penetrando em território mineiro, do qual articulava com outras estradas de ferro. A *Companhia Mogyana* teve um papel importante ao absorver para a economia, a grande

³¹ Ver com mais aprofundamento: BITTENCOURT, 2009; ROSSETTO, 2006; e PUPO, 1969. PUPO, 1983. SANTOS, 2002. SEVCENKO, 2000. SILVA, 2006. ZALUAR, 1862.

³² Para melhor entendimento do período açucareiro na região de Campinas, ver: PETRONE, 1968.





produção do sul de Minas, triângulo mineiro e de Goiás. Com isso, Campinas se tornava uma das principais cidades do estado de São Paulo, tendo seu desenvolvimento perpetrado pela ferrovia. Além da *Mogyana* (1875), outras três ferrovias cruzariam a cidade: a *Sorocabana*, que era procedente de Mairinque, e duas outras menores, o *Ramal Férreo Campineiro* (1894), que dispunha Campinas com o velho *Arraial de Souza*s e com as fazendas da região de Cabras; e a *Funilense* (1890/1899), que ligava a estação as fazendas ao bairro Funil (hoje Cosmópolis). Com a crise das ferrovias, as três antigas radiais foram desativadas. Permaneceram por um período a *Companhia Paulista* e a *Companhia Mogyana* que contribuíram para o desenvolvimento da cidade, expandindo seus ramais pelos mais longínquos rincões do país.

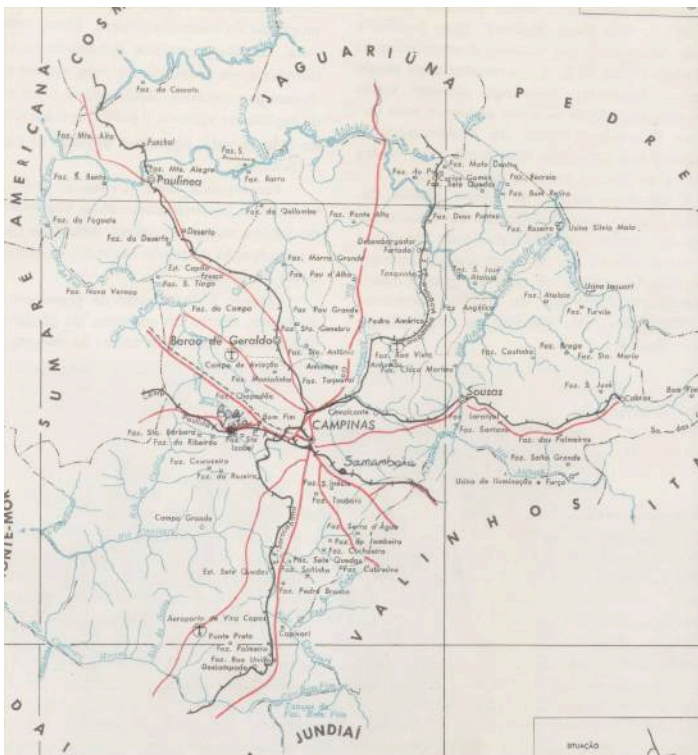


Figura 2: Mapa ferroviário e rodoviário de Campinas, em 1958, as linhas pretas são os ramais férreos e as vermelhas são as rodovias que atravessavam a cidade.

Fonte: Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/fotos/campinas9581.jpg>> acesso 10 set 2018

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL





S. 106

Ressalta-se que a ferrovia, impulsionou o comércio de café para o exterior, substituindo o transporte feito através de tração animal que, por meio de densa mata e da grande distância, muitas vezes não atingia o seu objetivo. Havia muitas perdas, não somente do tempo percorrido, mas também de café, carroças, animais e mesmo vidas humanas.

A ferrovia promoveu maior lucro e trouxe para região um processo de vida mais civilizado, já que, depois de deixar o café no Porto de Santos, o comboio voltava com materiais de todos os tipos de produtos que chegavam da Europa, o que fazia com que as famílias da população da região viessem para a cidade, comprar produtos importados. Da estação ferroviária os visitantes de Campinas, desciam as ruas de comércio, como é o caso da atual rua 13 de Maio, alcançando a Catedral e o centro histórico em que havia muitos edifícios de variados estilos. A ferrovia ainda marcou o desenvolvimento industrial das regiões aonde passava, ou seja, os depósitos de produtos agrícolas, armazéns de café e de cereais, as indústrias e os depósitos de combustíveis começaram a se estabelecer nas proximidades das vias férreas e das suas estações, como que estruturando o progresso e a apropriação de amplo território.

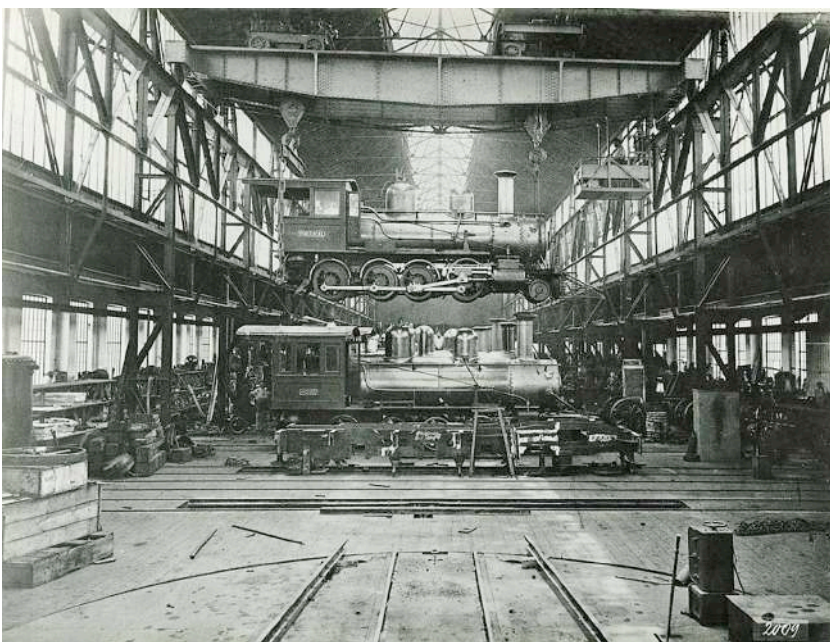


Figura 02: A fábrica de locomotivas existente nas primeiras décadas Século XX.

Fonte:
XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

Disponível

em





<<https://www.facebook.com/campinasdeantigamente/photos/a.338166676313539/327331100730430/?type=3&theater>>

Todas estas informações, arroladas no texto, mostram como a mobilidade proporcionada pela ferrovia e o desenvolvimento de técnicas para sua operação e manutenção, geraram um desenvolvimento desmedido para a época. Foi ela, um verdadeiro estruturador do desenvolvimento de todo o estado de São Paulo e, em especial de Campinas, que nas primeiras décadas do século XX, consertava e produzia vagões e locomotivas, tornando o país, praticamente, autossuficiente no setor ferroviário. A Figura 02 revela o interior da Oficina onde se produziam vagões e as locomotivas.

3. O espaço livre do complexo ferroviário

Adota-se a hipótese de que a Arquitetura e Urbanismo desenvolvem sempre um papel preponderante para a construção da identidade de um povo. As condições da natureza impõem as modificações dos lugares, as adaptações à vida social que são condensadas há vários anos, por meio da presença humana nas obras, monumentos, cidades, edifícios e lugares coletivos. Sendo assim, a sociedade se reconhece nesses espaços, apesar do percurso da construção dessa identidade própria do ser humano ser árdua e difícil, porque serem feitos por meio de perdas e reconquistas, de construções, de abandonos e de reciclagens.

Entende-se aqui que os espaços livres de uso público e a cidade são os aparatos desse reconhecimento de seus aspectos culturais. A cidade é o lugar em que o ambiente revela uma quantidade determinada de trabalho humano materializado, revelado difusamente pela linguagem. O ambiente construído é um lugar a se preservar, para que possamos reconhecê-lo como tal e nunca percamos a nossa identidade, para que não se apaguem os traços de um passado, para entendermos e delinear o presente e o futuro, demarcados na paisagem em cada época pelos palimpsestos.

A paisagem da cidade necessita de vida e, nesse sentido, tem um papel preeminente para construção da identidade através de espaços adequados. Lynch (2007, p.117) afirma que, a boa

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

forma urbana requer de seus espaços,





S. 2016

parâmetros que fomentem a **vitalidade**; que sejam compreendidos mentalmente pelos usuários ligando seu **sentido** a valores e conceitos coletivos da comunidade; que estejam **adequados** aos cenários e ações comportamentais estipulados para o lugar, que possibilitem o **acesso** fácil para todos incitando a alteridade; que possam ter **controle** por aqueles que usam o espaço. Além destas cinco características para obtenção da boa forma urbana, foram enunciados pelo autor, mais dois *meta-critérios* que são **eficiência** relativa aos custos e **justiça** quando se faz a distribuição dos custos conforme a possibilidade de cada usuário, evitando a gentrificação.

O espaço necessita incorporar a vida urbana como espaço livre de uso coletivo, preservando os edifícios, as marcas e os símbolos das etapas anteriores. Deve-se entendê-lo como algo dinâmico, pelos seus lugares de usos coletivos, pela sua organização do dia a dia, pela diversidade funcional, pela vivência entre os cidadãos, pelas estratificações que deixam transparecer e, pelas rugosidades que englobam todo o ambiente preexistente, revelando a história dos eventos progressos e mantendo as recordações que incitam a memória do lugar.

Além da desejada requalificação do tecido urbano, os edifícios podem ser agrupados, de modo que os cidadãos se apropriem das intervenções propostas em outros edifícios, que se localizam em seu entorno, o que permite estimular o uso dos espaços livres entre os edifícios de valor histórico. Mais da metade do complexo está livre de edificações, locais em que ficavam os muitos trilhos implantados aos feixes. Assim, há muito espaço livre a ser apropriado, por partidos, com proposições de instigar a alteridade entre os homens, criando-se uma articulação de praças, belvederes e a possibilidade de diferentes percursos, que resultam em propostas em que a escala do pedestre poderia protagonizar.

Os espaços construídos e livres de uso coletivo devem buscar estimular a conexão entre os dois lados da cidade, historicamente separados pela malha ferroviária, situada no espigão geográfico, separando física, social e visualmente os bairros do entorno (Centro e Vila Industrial).

As propostas devem levar em consideração uma pormenorizada análise das atividades que acontecem no entorno, buscando facilitar o acesso por todos os lados.

4. Observações finais

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

Este trabalho se propõe a demarcar e





S. 2016

valorizar a produção de espaços livres de uso coletivo na cidade de Campinas, polarizadora da Região Metropolitana, onde estão agregadas vinte cidades, tendo por objetivo preservar e requalificar o Complexo Ferroviário implantado na cidade, que perecendo cem anos depois, devido a adoção da política brasileira que priorizou as rodovias e os veículos individuais, como forma de mobilidade principal a partir de 1950, relegou e renegou as ferrovias e suas estações.

A implantação da ferrovia em um dos divisores de águas da cidade, desde o início de suas atividades, acabou rompendo os fluxos da malha urbana e engendrando uma forte segregação sócioespacial, dividindo-a em duas partes. Ao mesmo tempo que fragmentou a mobilidade e a permeabilidade urbana, hoje, contraditoriamente, devido a seu tamanho e a sua localização privilegiada - uma grande área livre no centro da cidade, a coloca como possibilidade de dispor Campinas no “rol” das cidades mundiais, visto que a cidade conta com forte economia, universidades de excelência, centros de tecnologias de ponta e relações privilegiadas entre as mobilidades rodoviária, ferroviária e aeroviária.

O lugar tem características específicas. Tem espaços livres com topografia plana, no qual estão implantados edifícios, sendo a maior parte deles de valor arquitetônico que constituem patrimônios culturais da cidade, tombada pelo CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas- e recentemente pelo CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, conforme se pode notar na Figura 03.





Scale



- | | | |
|--|---|---------------------------------------|
| 1 – Lidgerwood Manufacturing LTDA | 7 – Armazém da Companhia Mogiana – R. Dr. Ricardo | 13 – Oficina dos carros vagões |
| 2 – Estação da Companhia Paulista | 8 – Oficina das locomotivas | 14 – Rotunda (Manobra de locomotivas) |
| 3 – Armazém da rua dos expedicionários | 9 – Escritório da administração no pátio interno | |
| 4 – Oficina da Companhia Paulista na rua Francisco Teodoro | 10 – Vilas Manoel Dias e Manoel Freire | |
| 5 – Entrada para tunel de pedestres | 11 – Caixa d'água no pátio ferroviário | |
| 6 – Oficina do Lemos | 12 – Usina geradora do pátio interno | |

Figura 03: Complexo Ferroviário e seu amplo espaço livre.

Elaborado pelos discentes: Ana Clara Escuciato, Ana Luiza Devito, Ana Luiza Giovanetti, Julia Scaringi, Laura Mastrodi, Marcelo Gonçalves, Mayara Yumi, Renan AlexTreff. 2015

Não tendo sido objeto de preocupação e zelo por quase todas as gestões municipais gerou uma polarização dentro da própria malha urbana, por possuir um papel fundamental nos aspectos de mobilidade urbana. Em seu sentido longitudinal situam-se, a oeste, a nova Rodoviária Interestadual e o Terminal Regional, possibilitando uma integração dos fluxos da cidade com o setor leste da outra ponta, onde localiza-se o Terminal Central Cury, principal terminal de ônibus urbano do centro da cidade.

Entre estes dois polos, criando maior complexidade ao contexto, existe uma proposta do poder público, para a instalação de uma nova estação ferroviária, para atender – via trilhos – a conexão entre o centro da cidade e o aeroporto de Viracopos, que passa por ampliação, de modo a ratificar o status de ser o mais importante aeroporto de cargas da América Latina e ampliar seu atendimento aos passageiros.

Este novo cenário propicia, que os programas propostos para os projetos de intervenção, sejam abrangentes e com temáticas que permitem abordar diferentes escalas: impacto local, municipal e nacional (no caso de edificações que comonham o suporte ao TAV – Trem Alta velocidade) –





S. 2016

que se imagina, interligaria Campinas ao Rio de Janeiro.

Todo este contexto evidencia o caráter fundamental que o Complexo Ferroviário, hoje semiabandonado, teve, tem e terá no processo de urbanização de Campinas. A situação atual dos leitos ferroviários, desativados e em completo abandono, permite despertar a percepção de que, a resolução das questões urbanas deve gerar projetos indutores coerentes, coesos e articulados em estruturadas intervenções na escala do município, enriquecendo a esfera de vida pública através de territórios adequados à vida urbana.

Assim, como mostram as figuras supramencionadas, seria possível requalificar este espaço com novos edifícios, mantendo os antigos edifícios de valor histórico, deixando-o predominantemente como a maior área livre de uso coletivo de Campinas, evidenciando a leitura histórica do lugar e da própria cidade, acessos para uso de espaços livres incitando a alteridade e os encontros humanos, instigando os órgãos dos sentidos através das diferentes paisagens, permeadas de espaços edilícios e livres, por meio de usos diversificados, que promovessem a vitalidade da vida urbana, garantindo uma forma de reaprendizado pelo uso da cidade, ampliando a urbanidade, tão necessária à vida coletiva no urbano.

5- Referências bibliográficas

ALINCOURT, Luís D'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A., s.d. Existe uma versão disponível em <http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/pdfS.asp?COD_PUBLICACAO=214> acesso em: 15 jul.2015.

BENINCASA, Vladimir. *Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara – 1830-1930*. São Carlos: EDUFSCAR, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

_____. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2008. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-14032008-151048/>>. Acesso em: 17 jun.2015.

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

BITTENCOURT, Luiz Cláudio.

Riscando a





cidade. Campinas: UNICAMP,/CMU, Editora Arte Escrita, 2009;

COSTA, Pablo D. S. R. *Os espaços ferroviários de Campinas: (Re) Leituras Contemporâneas.* Orientador Dênio Munia Benfatti. Dissertação de Mestrado Campinas, POSURB-PUCCAMP, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo. Reflexões sobre a sua preservação.* São Paulo, Ateliê Editorial / FAPESP / Secretaria da Cultura, 1998.

LINCH, Kevin. *A boa forma da cidade.* Lisboa: Edições 70 Ltda, 2007.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura canavieira em São Paulo.* São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, Difusão Européia do livro, 1968.

PUPO, Celso Maria Mello. *Campinas, seu berço e juventude.* Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 1969.

_____. *Campinas, Município no Império.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

ROSSETTO, Pedro Francisco. *Reconstituição do traçado da "estrada dos Goiaes" no trecho da atual mancha urbana de Campinas.* An. mus. paul., São Paulo, v. 14, n. 2, p. 141-191, dez. 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguai.* 2.a edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1943. Existe uma versão disponível em <<https://archive.org/details/viagemprovinci00sainuoft>> acesso em: 15 jul.2015.

SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro.* Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

SEVCENKO, N. e MINDLIN, J. *São Paulo de Edmund Pink.* São Paulo: DBA, Bovespa, 2000.

SILVA. Áurea Pereira da. *Registro da Arquitetura Rural Campineira.* Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – departamento de Fundamentos teóricos da Arquitetura, 1993.

_____. *Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX).* São Paulo, An. mus. paul., São Paulo, vol.14 no.1, pp.81-119, Jan./June 2006.

ZAUAR, Augusto-Emilio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861).* Paris: Tipog. De Ad.

Lainè e J. Havard, 1862. Versão disponível em <<https://archive.org/details/peregrinaope00zaluoft>>. acesso em: 15 jul.2015.

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL





A RUA DO CANAL EM SALVADOR: contextos, problemas e alternativas

ARAÚJO, Iara Sacramento de (1), AMORIM, Nayara Cristina Rosa (2)

- (1) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia; Bolsista do Programa Sankofa-UFBA; Salvador, Bahia; iarasacramento1@gmail.com
- (2) Professora Assistente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo- FAUUSP. nayaraamorim.arq@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca evidenciar que mesmo áreas muito densas, com poucos espaços livres, podem ser requalificadas através de projetos paisagísticos de qualidade. O estudo tenta trazer o olhar da população de volta para os rios, para que eles não sejam vistos como canais de esgoto e sim como um espaço de lazer, convívio e experiências coletivas. A poligonal de estudo compreende o entorno da Rua do Canal, no bairro do Rio Vermelho-Salvador, onde se encontra a foz da Bacia Hidrográfica do Lucaia. Foram feitos estudos do processo de ocupação da área, mapas temáticos e de análise da forma urbana, além de visitas e conversas com os moradores objetivando a elaboração de um projeto paisagístico.

Palavras-chaves: Rio; forma urbana; projeto paisagístico; Rua do Canal, Salvador.

THE CANAL STREET IN SALVADOR: contexts, problems and alternatives

ABSTRACT

The present work seeks to show that even very dense areas, with few open spaces, can be requalified through quality landscape projects. The study tries to bring the population's look back to the rivers, so they are not seen as sewage channels but rather as a space for leisure, socializing and collective experiences. The study polygon comprises the surroundings of canal street, in the rio vermelho-salvador neighborhood, where the mouth of the lucaia basin is located. Studies were carried out on the occupation of the





area, thematic maps and analysis of the urban form, as well as visits and conversations with residents aiming the elaboration of a landscape project.

Keywords: River; urban form; landscape design; Canal Street, Salvador.

Introdução

O artigo faz parte de uma pesquisa de iniciação científica intitulada: Redescobrimos os rios ocultos na paisagem urbana de Salvador³³, que analisa como reconectar as pessoas aos rios presentes na cidade através da arquitetura paisagística, propondo um planejamento urbano ecológico da paisagem nas bacias hidrográficas, desenvolvida em conjunto com a disciplina ARQA10 - Paisagem Urbana: Configuração dos espaços abertos, onde foi elaborado o projeto apresentado no final deste artigo.

Salvador é uma cidade cercada por água, que cresceu em volta dos seus rios, que abasteciam as casas, ofertavam atividades de lazer e econômicas, que garantiram a sobrevivência da população em um tempo que não havia infraestrutura de distribuição ou tratamento de água. Com o crescimento da cidade, depois que o fornecimento dessas atividades vinculadas aos rios cessaram, eles foram deixados de lado, esquecidos e poluídos pela população, que hoje, desconhece ou ignora sua história, a Rua do Canal é apenas mais um exemplo. O objetivo dessa pesquisa é retomar esse olhar para o rio como um espaço de convivência urbana. A autora Anne Spirn relata esse esquecimento dos rios durante os processos de urbanização:

Excetuando-se os maiores, todos os córregos e cursos d'água da paisagem anterior à urbanização desapareceram, dos mapas modernos. Cobertos e esquecidos, antigos cursos d'água ainda correm através da cidade, enterrados sob o solo em grandes tubulações, canais primários de um sistema de drenagem subterrâneo. Seu ruído abafado pode ser ouvido sob as ruas após uma chuva pesada; eles são invisíveis, mas sua contribuição potencial às enchentes a jusante não é, todavia, diminuída, mas sim aumentada (SPIRN, 1947, p. 146).

A pesquisa inicia-se pela aproximação da bacia hidrográfica do Rio Lucaia em Salvador, buscando uma leitura sistêmica da estrutura urbana, na qual se observa as interações e articulações dos componentes hidrológicos e biofísicos com os espaços edificados e com a cultura local evidenciando as diversas formas de apropriação da paisagem e as

³³ Pesquisa fomentada pelo programa Sankofa-UFBA, Edital 2017



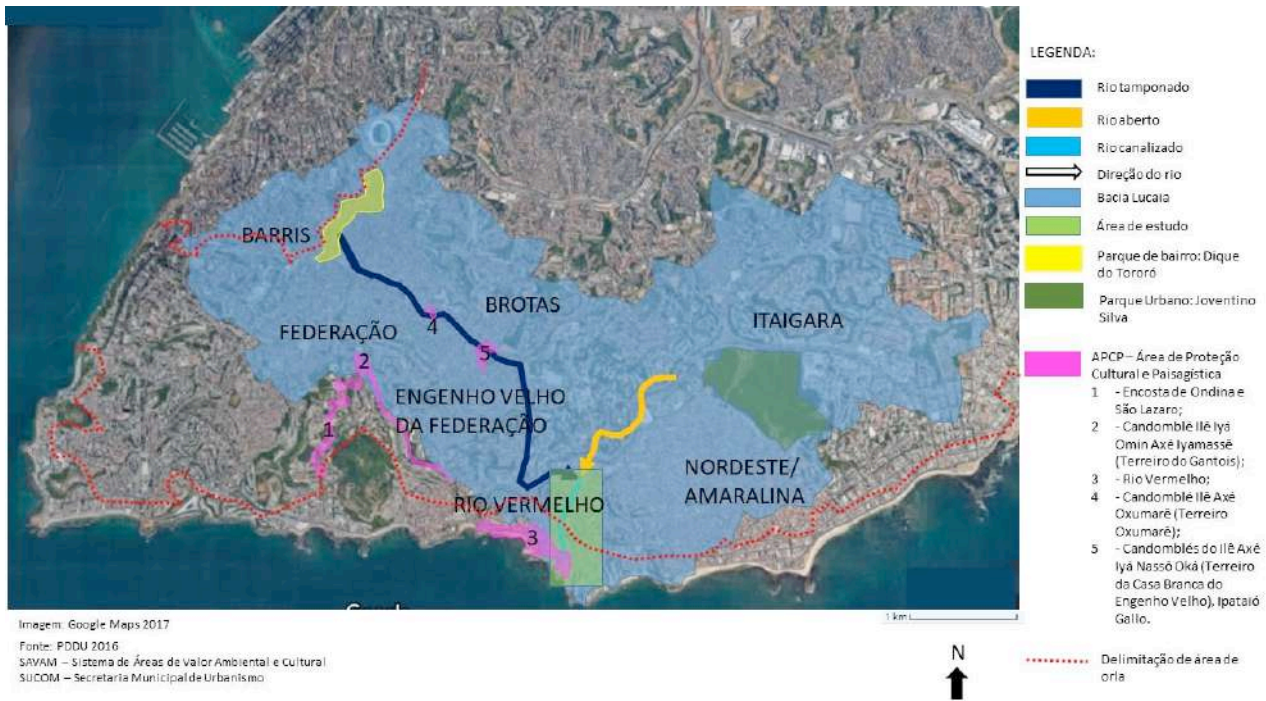


relações socioambientais, e traz como resposta aos problemas ambientais causados principalmente pela impermeabilização do solo, supressão de vegetação e adensamento desordenado, propostas de implantação de tipologias de Infraestrutura Verde (IV). Segundo Pelegrino (2017) a infraestrutura verde pode ser entendida como um conjunto de redes multifuncionais de espaços permeáveis e vegetados (públicos e privados), que buscam a distribuição equilibrada de áreas vegetadas, o controle da impermeabilização do solo e drenagem pluvial.

O trabalho visa identificar as restrições e potencialidades da paisagem urbana, as aspirações sociais, os melhores usos e formas de ocupação do solo de cada lugar, propiciando respostas sociais, estéticas, culturais e ambientais mais sustentáveis para a cidade através de projetos paisagísticos.



Bacia hidrográfica do Rio Lucaia A bacia do Rio Lucaia localiza-se no sul da cidade de Salvador, possuindo uma área de 14,74km², correspondendo a 4,77% da superfície



territorial da cidade (IBGE, 2010). A bacia do Rio Lucaia segundo SANTOS *et al*(2010), tem sua nascente no Dique do Tororó, região que possui muitas fontes, recebendo contribuições de águas vindas do Campo Grande, Garcia, Barris, Tororó e Nazaré, passando pela Av. Vasco da Gama, sendo alimentado pelas redes de drenagem do Alto dos Gantois, Vale da Muriçoca e do Ogunjá, assim como do Engenho Velho da Federação, Engenho Velho de Brotas, Acupe e do Rio Vermelho, além do riacho que passa na Av. Garibaldi, desaguando no Largo da Mariquita, no bairro do Rio Vermelho. O fato dessa bacia ser alimentada por águas de muitas áreas, a torna importante e essencial para o equilíbrio hidrológico da cidade. A negligência com os rios é o que compromete o bom funcionamento dos mesmos, fazendo com que fiquem poluídos, ocorram enchentes, alagamentos, etc. A figura 1, a seguir mostra localização da bacia hidrográfica.

Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Lucaia em Salvador. Fonte: PDDU 2016, SAVAM – Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural, SUCOM – Secretaria Municipal de Urbanismo, imagens Google Earth 2017.





Esse rio encontra-se em toda sua extensão com suas águas sempre opacas e escuras, canalizado e/ou tamponado, como podemos ver nas figuras 2 e 3, na tentativa de esconder o que a população chama de “esgoto a céu aberto”, e resolver a questão do trânsito intenso nessa área, que conforme relatos em visitas ao local: “deviam fechar esse canal de vez e passar mais uma via, aqui vive engarrafado, sempre que chove alaga e para tudo.”³⁴ Por essas e outras condições que a água do Rio Lucaia é tida como imprópria para banho e consumo.



Figura 2 e 3: canal do Rio Lucaia, dividindo a poligonal com suas águas escuras. Fonte: Iara Araújo, 2018.

Segundo Santos *et al* (2010), na década de 1970, o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento-DNOS, desviou o curso do Rio Camarajipe, para que o mesmo parasse de desaguar junto as águas do Rio Lucaia, em razão de constantes enchentes nas zonas mais baixas do Rio Vermelho. Na década de 1990, foi construído um interceptor de águas e esgotos subterrâneo, que conduziu as águas do rio Camarajipe diretamente para o Emissário Submarino que margeia a antiga foz e adentra 2,5 km no mar.

O bairro do Rio Vermelho com sua dinâmica espacial e suas particularidades socioculturais, que foram tão importantes dentro do contexto da evolução da cidade,

³⁴ Conversa informal entre pessoas no ônibus.



hoje é uma Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) e um lugar de fortes tradições culturais. É nesse bairro que acontece todo ano a famosa festa de Iemanjá. A bacia hidrográfica do Lucaia vem sendo alvo de grandes transformações. Há um projeto de BRT que será instalado sobre parte do leito dos rios Lucaia e Camarajipe que serão tamponados, animais, vegetação, pessoas, atividades que estão instaladas nas margens desses rios serão removidas. Para justificar a retirada das árvores na região da implantação do projeto, em favor do “desenvolvimento urbano para melhorar o transporte público da cidade, reduzindo ao máximo os possíveis danos causados à natureza”³⁵, elas seriam transplantadas. Segundo Fabio Mota, titular da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) esse é o maior problema de mobilidade da cidade, entre a Lapa e o Iguatemi. Essa obra está calçada em um tripé, não é só uma obra de mobilidade. É uma obra também de saneamento, porque vai resolver o alagamento crônico que tem nessa área da cidade, e uma obra de transporte público de qualidade. A prefeitura de Salvador, alega que o BRT resolveria esse problema, ligando a região do Iguatemi e a Lapa em quinze minutos, deslocamento que já é possível com o metrô. A implantação do BRT, a retirada de árvores, o tamponamento dos rios, são impactos que talvez venham a ser irreversíveis na região, e quem sabe na cidade. Aumento de temperatura, paisagem modificada, mudança no sistema viário, diferença climática existente, transformações de fauna e flora, impermeabilização do solo, só irá aumentar os alagamentos e piorar a vida das pessoas. Esses são só algumas mudanças que serão rapidamente perceptíveis e sentidas por todos.

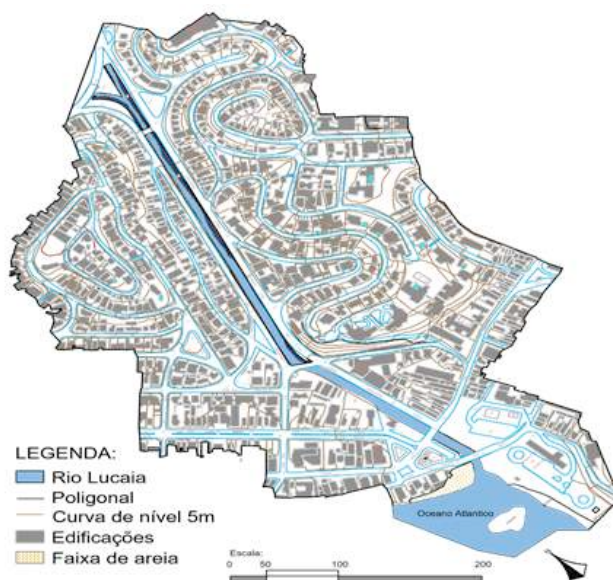
Poligonal de estudo: a Rua do Canal e seu entorno

³⁵ Título dado pela prefeitura ao falar da responsabilidade ambiental no site do BRT.





Devido ao tamanho, densidade e complexidade da bacia hidrografia do Rio Lucaia, optamos por



concentrar suas análises em um dos trechos do rio, a Rua do Canal, área de encontro do Rio Lucaia com o Rio Camarajipe, que corresponde a Av. Juracy Magalhães Jr. no bairro do Rio Vermelho, área de acesso ao largo da Mariquita, a orla e a foz do Rio Lucaia, um bairro que surgiu no século XVI entre 1509 e 1511, um espaço ocupado por índios, pescadores, lavradores. A figura 4 a seguir evidencia o traçado urbano e a ocupação na poligonal de estudos.

Figura 4: Poligonal de estudo. Fonte: Iara Araújo, 2018, elaborado com base em SICAR e Google Earth (2017).

A poligonal estudada para implantação de um projeto paisagístico é bastante densa tanto em edificações como populacional, com declividade marcante e ruas sinuosas. Questões a serem abordadas no decorrer desse artigo.

No projeto de loteamento, não executado, proposto para parte do Rio Vermelho pelo EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador), podemos ver o Rio Lucaia descanalizado, com sua margem arborizada, as regiões de maior inclinação protegidas com vegetação, ruas largas, propiciando entrada e saída de veículos e serviços, mantendo um alto índice de espaços livres, permitindo uma boa permeabilidade do solo, conforme ilustra a figura 5, a seguir.



Figura 5: loteamento do EPUCS. Fonte: EPUCS, Disponível na secretaria de cultura e turismo, arquivo histórico municipal, setor de arquivos audiovisuais da Prefeitura de Salvador.

O projeto do EPUCS, mostrado na figura 5, mostra como é possível pensar para o entorno do rio áreas mais permeáveis, articuladas com outras áreas livres do bairro. Com o objetivo de propor um projeto paisagístico para essa área, foram desenvolvidos estudos e mapas sobre a poligonal de estudo, evidenciando: os espaços livres públicos e privados, a forma urbana, os espaços livres intra quadra e a relação de declividade. Os quais apresentaremos a seguir.

Espaços Livres e Forma Urbana

O estudo e entendimento da forma urbana é um aspecto importante para proposição de projetos paisagísticos mais eficientes e articulados com a dinâmica urbana. O estudo da forma da cidade não é uma simples descrição de traçados, mas uma leitura das sensações, das ocupações e da interação com a paisagem, conforme evidencia Heliodório Sampaio:

A arquitetura da cidade invariavelmente se defronta com duas questões fundamentais para sua teorização de forma-urbana, que se desdobram tanto no campo analítico como propositivo. A primeira questão diz respeito à apreensão da forma urbana, entendendo que esta não se limita à

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

meta percepção do espaço

físico. A





apreensão técnica da morfologia urbana requer algo mais que a simples observação limitada à visão do observador. (...) a segunda questão diz respeito às várias escalas de abordagem e representação da forma-urbana que podem ir de um edifício, à rua, passando pelo bairro até alcançar uma megalópole ou região urbana (SAMPAIO, 2015, pg. 406, 407).

Quando estudamos o traçado urbano da área de estudo, percebemos que as ruas sinuosas nos causam uma sensação de que aquele espaço é extremamente denso, pela pouca sensação de amplitude. As construções não são muito verticalizadas (entre 3 e 10 pavimentos), mas nos dão uma visão de algo mais alto do que realmente é por causa da declividade do terreno. Outra coisa que influencia na percepção do espaço são as árvores na margem do rio, que causam um efeito de bloqueio ao passar pelas ruas e muitas vezes nos impedem de ver o gabarito de algumas construções, como podemos perceber pelas figuras 6 e 7.



Figura 6 e 7: Rua Lucaia. Fonte: Iara Araújo, 2018.

No estudo sobre a relação entre cheios e vazios, entendendo os espaços cheios como os edificados e os vazios como os livres. A área causa uma sensação de muito adensamento, mas quando mapeamos essas edificações pode-se perceber que há grandes índices de espaços livres como podemos ver pela figura 8, tivemos um resultado diferente do esperado. Talvez a sinuosidade das ruas e o relevo sejam os responsáveis por essa sensação.

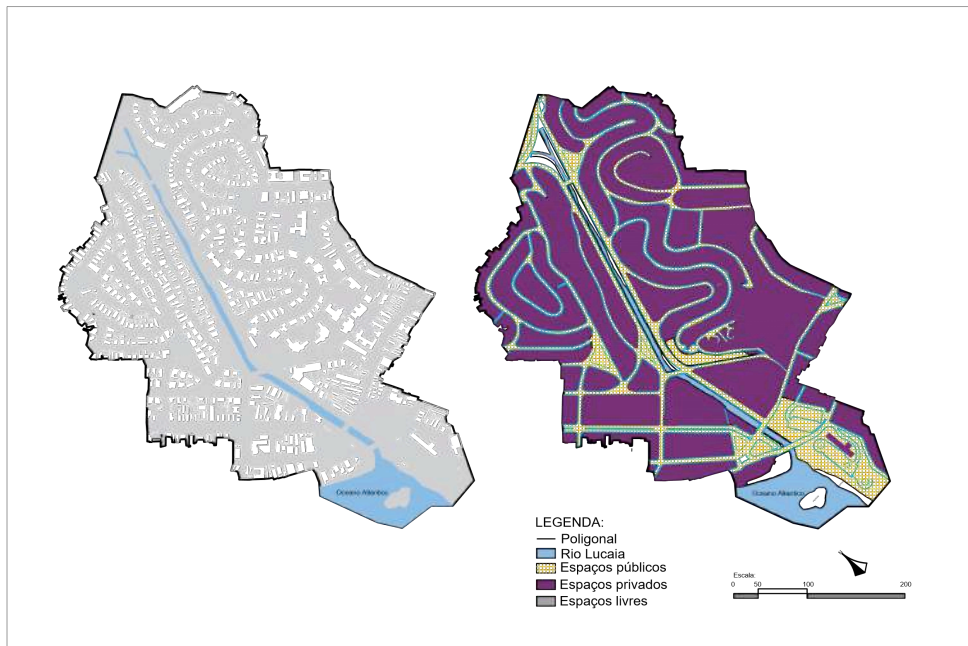


Figura 8: cheios e vazios; espaços públicos e privados. Fonte: Iara Araújo, com base em SICAR e Google Earth 2017.

Percebe-se que grande parte das áreas da poligonal de estudo correspondem a espaços privados. De acordo com Queiroga (2012), embora os espaços privados representem uma área maior nas cidades eles não se caracterizam como um sistema isolado devido a sua fragmentação e restrições de acesso. Os espaços livres privados, embora voltados à esfera de vida privada, apresentam características que afetam o ambiente, a paisagem e os tipos de apropriação do espaço urbano, podem influenciar na drenagem urbana, nos microclimas e na biodiversidade.

Apesar da grande quantidade de espaços livres privados a tipologia das edificações (entre 3 e 10 pavimentos) e a concentração dos espaços livres no fundo do lote evidenciam a sensação de cheio que o local passa. Os espaços públicos estão concentrados na área de orla marítima, nas margens do rio e nas ruas. A figura 9 a seguir evidencia os índices urbanísticos que incidem sobre a área.








- ZONAS DE USO
-  ZCLMu - Zona Centralidade Linear Municipal
 -  ZEIS - Zona Especial de Interesse Social
 -  ZPR 1 - Zona Predominantemente Residencial 1
 -  ZPR 2 - Zona Predominantemente Residencial 2
 -  ZPR 3 - Zona Predominantemente Residencial 3



Figura 9: Zona da Poligonal. Fonte: Trecho da LOUOS, 2016. Quadro 06 – Parâmetros de Ocupação do Solo

Na zona ZPR 2, o CAB (Coeficiente de Aproveitamento Básico) é igual a 1,00. Já na ZPR 3, esse valor é 1,50. No CAM (Coeficiente de Aproveitamento Máximo) na ZPR 2 é 2,00 e na ZPR 3 é 3,00. O índice de ocupação máxima e os recuos variam de acordo com o terreno. O Índice de Permeabilidade Mínima na ZPR 2 é 0,30 e na ZPR 3 0,20. Ao observar esses índices, pode-se perceber que eles podem variar, de acordo com a zona em que está localizado, influenciando diretamente na sua verticalização, na área





Scale

de espaços livres, e nos índices de permeabilidade do lote.

2. 2 Espaços livres intra quadra e relação de declividade

Partimos para a análise da concentração do espaço livre intra quadra e da relação de declividade presente nessas quadras.

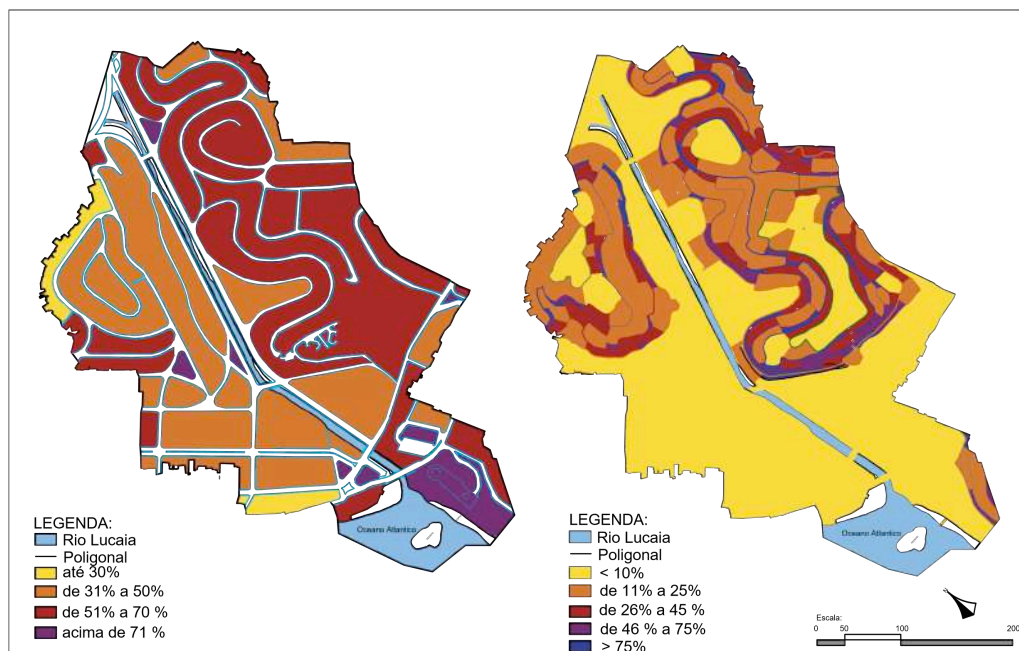


Figura 10: Estudo de espaços livres intra-quadra e Estudo de declividade. Fonte: Iara Araújo, 2018. Elaborado com base em imagens aéreas Google Earth 2017 e base SICAR.

A figura 10 só confirmou a quão acentuada é a declividade em algumas partes da poligonal, mostrando exatamente os pontos mais íngremes, chegando em alguns lugares a ser maior que 75% de inclinação, segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, áreas com declividade superior a 30% (aproximadamente dezessete graus) são impróprias para receber edificação, pois o solo não suportaria tal inclinação, deixando a área mais suscetível a deslizamentos. Além de influenciar no escoamento superficial das águas pluviais, já que a inclinação aumenta a velocidade com que a água chega nas cotas mais baixas, diminuindo a capacidade de infiltração do solo, sobrecarregando o sistema de drenagem urbana, deixando as áreas mais vulneráveis a alagamentos.

Proposta de intervenção paisagística no entorno do Rio Lucaia.

XIII COLÓQUIO QUAPA SEL

Visando trazer o Rio de volta

a vida das





peças, como algo bom, foi feita uma proposta projetual em grupo para a Rua do Canal, na disciplina optativa ARQA10 - Paisagem Urbana: configuração dos espaços abertos.

Na fase de elaboração, o rio sempre foi tratado como prioridade, trazendo como referência como ele está no EPUCS: descanalizado, arborizado e limpo. Essa foi a principal diretriz projetual, para aumentar as áreas permeáveis do entorno. Segundo Queiroga (2012), a permeabilidade do solo e a cobertura arbórea permitem a conservação de paisagens com melhor desempenho ambiental, mitigando problemas comuns nas áreas urbanas: a qualidade da água e do ar, a manutenção da qualidade do solo, controle de erosão, abastecimento dos aquíferos e regulação das enchentes. Para aumentar as áreas permeáveis e vegetadas no projeto é preciso modificar o sistema viário dessa rua, então foi proposto mover o lado direito para o esquerdo tornando uma via que era mão única, dupla, para que então pudéssemos ter espaço para descanalizar o rio, assim como a instalação de biovaletas. Segundo Pinheiro (2017), biovaletas são canais ou trincheiras vegetadas, instaladas em depressões lineares preenchidas com elementos filtrantes – vegetação e solo – e que além de estender o tempo de escoamento, amortecendo a velocidade e impacto da água da chuva, têm ação remediadora da poluição difusa que fica retida nas raízes das plantas e no substrato. Assim, elas serviriam como um filtro para a água da chuva antes de chegar ao Rio. Na figura 11 podemos ver a proposta geral para a Rua do Canal.

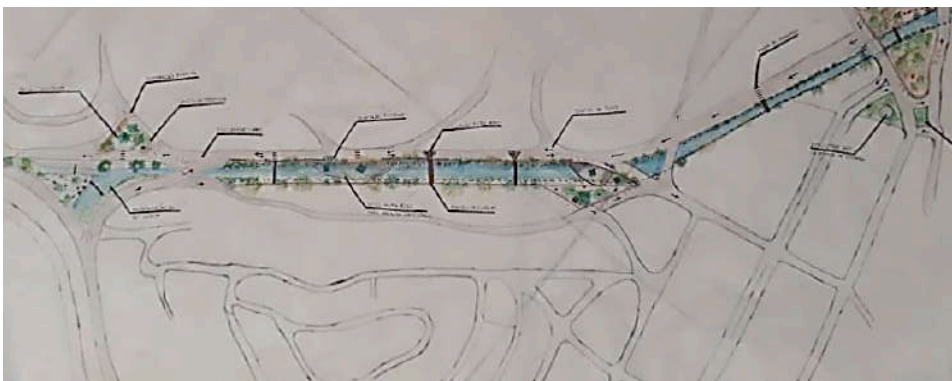


Figura 11: visão geral do projeto. Fonte: Iara Araújo, Louise Maia, José Israel, 2018.

Propomos alterações durante todo o percurso do Rio, mas como a região da orla havia

XII COLOQUIO QUAPA SEL





sendo reformada à pouco tempo, resolvemos focar no início da Rua do Canal para detalharmos melhor o projeto, onde está sendo mostrada na figura 12, e a figura 13 evidencia as espécies vegetais escolhidas para compor o projeto e suas relações fenológicas.



Figura 12: projeto. Fonte: Iara Araújo, José Israel, Louise Maia, 2018.

Espécies Utilizadas no projeto

JANEIRO																		
FEVEREIRO																		
MARÇO																		
ABRIL																		
MAIO																		
JUNHO																		
JULHO																		
AGOSTO																		
SETEMBRO																		
OUTUBRO																		
NOVEMBRO																		
DEZEMBRO																		

Nome popular	Chuva de ouro	Carobinha	São João	Jatobá	Angelim	Barriguda	Quaresmeira	Ipê amarelo	Urucum	Baba de boi	Pata de vaca	Canafistula	Cajueiro	Azaleia
Nome científico	Cassia ferruginea Schrad.	Jacaranda brasiliana Lam. Pers.	Senna spectabilis DC. H. S. Irwin & Barneby	Hymenaea martiana Hayne	Andira fraxinifolia Benth.	Ceiba speciosa A. St. Hill Ravenna	Tibouchina fissinervis Cogn.	Tabebuia ochracea Cham.	Rixa orellana L.	Cordia superba Cham.	Bauhinia fortificata Link.	Peltophorum dubium Spreng. Taub.	Anacardium occidentale L.	Rhododendron simsii
Porte	7 - 12 M	4 - 9 M	2 - 5 M	5 - 25 M	4 - 10 M	10 - 30 M	5 - 10 M	5 - 10 M	3 - 6 M	6 - 10 M	6 - 12 M	10 - 25 M	3 - 8 M	1 - 2 M
Luminosidade	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	Sol pleno	temperatura amenas

Figura 13: Quadro de espécies. Fonte: Iara Araújo, José Israel, Louise Maia, 2018.

Por ser uma rua movimentada, com muito comércio, residências e ruas menores ligadas à avenida principal, tentamos manter ao máximo todo esse sistema viário. Como o rio





divide a poligonal em duas, propomos passarelas de ligação sobre ele, para facilitar a passagem dos pedestres de um lado para o outro, além da adição de mobiliários em diversos pontos ao longo do rio: lixeiras, quiosques, bancos, parquinhos, bicicletário, ciclovia, deck de madeira sobre ele, criando uma área de permanência, como na figura 14, tudo para que as pessoas pudessem utilizar esse espaço e ficar cada vez mais próximos da natureza.

Figura 14: corte esquemático evidenciando o rio descanalizado. Fonte: Iara Araújo, Louise Maia, José Israel, 2018.

Outra proposta é uma alteração no ponto de ônibus, criando nele áreas de permanência, trazendo mais conforto ao comércio informal já existente, como mostra a figura 15, para que assim, as pessoas que passam muito tempo no ponto se sintam mais seguras em um lugar movimentado.



Figura 15: início da poligonal de estudo, onde se encontra o ponto de ônibus, sempre cheio de pessoas. Fonte: Iara Araújo, 2018.

Tudo foi pensado como uma forma de mostrar que o urbanismo, o crescimento e desenvolvimento das cidades podem vir juntos com o meio ambiente e qualidade de vida, que uma coisa não quer dizer que tenhamos que sacrificar outra, e os rios como o grande protagonista dentro da cidade.

A crença de que a cidade é uma entidade separada da natureza, e até contrária a ela, dominou a maneira como a cidade é percebida e continua a afetar o modo como é construída. (SPIRN, 1947,

XIII COLOQUIO QUAPA SEL





pg. 21)

Considerações Finais

O trabalho apresentado é fruto dos primeiros contatos com assuntos sobre paisagismo e urbanismo de uma aluna de arquitetura e urbanismo, no 4º semestre, através de uma pesquisa de iniciação científica. Uma das maiores dificuldades nesse processo, foi trabalhar com escala urbana, entender o tamanho das coisas dentro da representação e pensar nas decisões de projeto que poderiam impactar toda a cidade.

A pesquisa foi desenvolvida em conjunto com uma disciplina de paisagismo, o que ajudou o seu desenvolvimento e facilitou o entendimento de alguns assuntos que eram estudados sempre relacionados com a área de estudo e aplicados no projeto, como: elaboração e análises de mapas, delimitação de poligonal e o que levar em consideração na hora da escolha (ruas, ocupação, curvas de nível, cotas), entender a relação de declividade e sua diferença com a topografia, cheios e vazios, zoneamento urbano, CAM, CAB, hierarquia viária, iluminação, tecnologias de fitorremediação. Além de legislações urbanas como PDDU e LOUOS, que por não ter familiaridade e por ele conter várias versões, subdivisões e anexos dentro deles, dificultavam o entendimento de quais informações eram mais relevantes para o projeto paisagístico. Outra dificuldade encontrada no decorrer da elaboração desse artigo foi encontrar informações históricas sobre a poligonal, como: quando o trecho foi canalizado, fotos antigas, projetos urbanos para aquela área, etc. Coisas que são importantes para entender o que aconteceu para que a paisagem esteja como está hoje. Essas informações só foram encontradas em arquivos públicos de Salvador, o que evidencia a importância desses espaços para o desenvolvimento das pesquisas científicas e projetos para a cidade.

O artigo tem como objetivo mostrar que tamponamento e canalização não são as únicas alternativas para os rios, que eles são preexistência e devem ser tratados como tal, e não como algo a ser removido e/ou escondido, é possível repensar os rios, projetos como esse poderiam estar em vários lugares de Salvador, infraestrutura urbana não se resume a asfalto e viadutos, é também saneamento, energia, é a segurança de um mínimo de qualidade de vida. A cidade precisa ser mais livre, sem tanto concreto ao nosso redor, um lugar mais confortável e agradável. A cidade precisa ser para as

XIII COLOQUIO QUAPA SEL





pessoas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *RESOLUÇÃO Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>

BRT COMEÇA A FUNCIONAR EM 2 ANOS; OBRAS JÁ COMEÇARAM NA AV. ACM. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/brt-comeca-a-funcionar-em-2-anos-obras-ja-comecaram-na-av-acm/>>. Acesso em: 19 abril 2018.

DESENVOLVIMENTO URBANO PARA MELHORAR O TRANSPORTE PÚBLICO DA CIDADE, REDUZINDO AO MÁXIMO OS POSSÍVEIS DANOS CAUSADOS À NATUREZA. Disponível em: <http://brt.salvador.ba.gov.br/?page_id=339>. Acesso em: 14 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Salvador, 2010.

JESUS, Maria das Graças Bispo. *Abordagens geográficas a partir do resgate cultural e dinâmica sócio-espacial: o estudo do bairro rio vermelho- salvador/bahia-brasil*, 11f, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo. Aluna de mestrado em Geografia da UFBA, 2005.

LOUOS. *Lei Ordinária de Uso e Ocupação do Solo. Lei municipal de Salvador 9.148/2016*. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/louos/>>. Acesso em: mai. 2018.

PDDU, *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Lei municipal de Salvador 9.069/2016*. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>>. Acesso em: dez. 2017.

PELEGRINO, P.R.M. (Org.) *Estratégias para uma infraestrutura verde*. Barueri, SP: Manole, 2017.

PINHEIRO, Maitê Bueno. *Plantas para Infraestrutura Verde e o Papel da Vegetação no Tratamento das Águas Urbanas de São Paulo: Identificação de Critérios para Seleção de Espécies*. 367 f. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, 2017.

XIII COLOQUIO QUAPA SEL





QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em Concurso de Títulos e Provas para a obtenção do título de Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2012.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro L. *Formas Urbanas: cidade real e cidade ideal, contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Quarteto, PPGAU – FAUFBA, 2015.

SANTOS, Elisabete. *et al. Caminho das águas em Salvador: bacias, hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador, 2010.

SPIRN, Anne Whiston. *O jardim de granito, 1947*. Editora da universidade de São Paulo, 1995.

